

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

AMANDA SICILIANO CAMBRA

**A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR MOTIVADA PELA  
DICOTOMIA NEODESENVOLVIMENTISTA E NEOLIBERAL: O CASO  
BRASILEIRO**

RIO DE JANEIRO

2021

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

AMANDA SICILIANO CAMBRA

**A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR MOTIVADA PELA  
DICOTOMIA NEODESENVOLVIMENTISTA E NEOLIBERAL: O CASO  
BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Instituto de Economia da Universidade Federal do  
Rio de Janeiro como exigência para obtenção do  
título de Bacharela em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Wilson Vieira

RIO DE JANEIRO

2021

AMANDA SICILIANO CAMBRA

A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR MOTIVADA PELA DICOTOMIA  
NEODESENVOLVIMENTISTA E NEOLIBERAL: O CASO BRASILEIRO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao  
Instituto de Economia da Universidade Federal do  
Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do  
título de Bacharela em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 7/28/2021.

---

WILSON VIEIRA - Presidente

Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

---

DENISE LOBATO GENTIL

Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

---

JOÃO FELIPPE CURY MARINHO MATHIAS

Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

*As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade da autora.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Antonio e Andréa, à minha avó Naiza e ao meu falecido avô Antonio pelos ensinamentos diários ao longo da minha vida e todo o encorajamento durante a graduação. Também, ao meu namorado João Victor por todo incentivo dado durante a preparação do Trabalho de Conclusão de Curso e por toda a compreensão nesses últimos meses.

Aos meus queridos amigos, por fazer dos quatro anos de faculdade uma experiência única. Um agradecimento especial ao Bruno, Camila e Juliana pela forte amizade e apoio de sempre.

Aos professores do Instituto de Economia, por toda a atenção e conhecimento transmitido, que impulsionaram meu pensamento crítico para a defesa deste trabalho, com destaque ao professor João Felipe Cury, pela oportunidade de ter sido sua monitora.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro por reforçar minha formação intelectual, com maior conhecimento da realidade acerca de diversos temas, além de vivências com pessoas extraordinárias que provavelmente não teria conhecido fora da universidade. No Instituto de Economia pude aprender muito mais do que economia e sou muito grata por isso.

Por fim, agradeço ao orientador deste trabalho: Prof. Wilson Vieira, que, com comprometimento e dedicação, me apoiou nos momentos necessários desde o início até sua conclusão.

Obrigada!

## RESUMO

Este trabalho teve por objetivo associar a discussão da mercantilização da educação superior no Brasil aos seus regimes econômicos de governo adotados desde o ano de 1995 - neoliberal e novo-desenvolvimentista. A escolha por esse tema se faz importante por conta da escassez de estudos sobre o mesmo, atrelado a uma visão mais histórica e característica, fundamental para seu maior entendimento e rompimentos de padrões nos pensamentos sociais como um todo. Assim, buscou-se primeiramente estudar as particularidades que englobam os dois regimes econômicos, neoliberal e novo-desenvolvimentista, para depois conectá-las a cada momento dos governos brasileiros. Por último, é feito um estudo histórico das políticas de mercantilização da educação superior durante os mesmos governos brasileiros, concluindo que a inserção da educação superior na lógica de mercado nos governos de regime neoliberal (FHC e Temer) permanece nos governos ditos novo-desenvolvimentistas (Lula e Dilma), porém esses últimos se dedicam de forma significativa também às políticas sociais que envolvem o ensino superior e à educação superior pública.

**Palavras-Chave:** Mercantilização; Neoliberal; Novo-desenvolvimentismo; Educação superior; Brasil

## ABSTRACT

This work aimed to associate the discussion of the commercialization of higher education in Brazil with the economic regimes of government adopted since 1995 - neoliberal and neodevelopment. The choice for this theme is important due to the scarcity of studies on it, linked to a more historical and characteristic view, fundamental to its greater understanding and disruption of patterns in social thoughts as a whole. Thus, it was first sought to study the particularities that encompass the two economic regimes, neoliberal and new developmentalist, and then to connect them at every moment of the Brazilian governments. Finally, a historical study of the mercantilization policies of higher education is made during the same Brazilian governments, concluding that the insertion of higher education in the logic of the market in the governments of the neoliberal regime (FHC, Temer and Bolsonaro) remains in the so-called governments. developmentalists (Lula and Dilma), but the latter are fervently dedicated to social policies that involve higher education and public higher education.

**Keywords:** Commodification; Neoliberal; New developmentalism; College education; Brazil

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico I</b> - Recursos destinados às universidades federais (incluindo hospitais universitários) como percentual do PIB e das despesas da União (2003-2020) .....	10
<b>Gráfico II</b> – Gasto Social Federal do governo FHC ao final do governo Lula (1995 – 2010) .....	30
<b>Gráfico III</b> – Saldo da Balança Comercial presente no Balanço de Pagamentos (2000 -2010) .....	31
<b>Gráfico IV</b> - Taxa de Desemprego Aberto durante o governo Lula (2003 – 2010) .....	32
<b>Gráfico V</b> - Taxa de Juros Nominal durante o governo Dilma Rousseff (2011 – 2016) .....	36
<b>Gráfico VI</b> - Evolução dos desembolsos realizados pelo BNDES do governo Dilma Rouseff ao governo Michel Temer (2011- 2018) .....	39
<b>Gráfico VII</b> - Evolução do Número de Cursos de Graduação Presencial nas IES Privadas no período do Governo FHC.....	42
<b>Gráfico VIII</b> - Evolução do Número de Matrículas na Graduação Presencial das IES Privadas no período do Governo FHC ao Governo Temer.....	44
<b>Gráfico IX-</b> Evolução das matrículas dos cursos de graduação a distância no governo Lula e Dilma, por organização acadêmica.....	46
<b>Gráfico X-</b> Evolução do número de vagas ofertadas nas Instituições Federais de Ensino Superior, nos períodos Lula e Dilma.....	48
<b>Gráfico XI-</b> Aumento da oferta de Bolsas do PROUNI (2005- 2018) .....	50

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela I</b> - Fusões e aquisições de empresas no Brasil (1995 a 2018) .....	27
<b>Tabela II</b> - Programa Nacional de Desestatização (PND) do governo FHC (1995 a 2002) .....	27
<b>Tabela III</b> – Investimento em infraestrutura econômica (1990 a 1998) .....	28
<b>Tabela IV</b> - Evolução do Salário Mínimo Nacional e do seu ganho real do governo FHC ao governo Lula (1995 a 2010) .....	33
<b>Tabela V</b> - Evolução do Índice de Desigualdade do governo Lula à primeira fase do governo Dilma (2003 a 2014) .....	35
<b>Tabela VI</b> – Taxa de Crescimento do Número de Instituições de Ensino Superior do Governo Fernando Henrique Cardoso ao Governo Temer.....	40
<b>Tabela VII</b> – Evolução das Fusões e Aquisições das IES Privadas durante o segundo mandato do governo Lula e governo Dilma.....	47

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I - OS CONCEITOS POR DETRÁS DO TEMA.....</b>	<b>13</b>
I.1 O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO E SUAS BASES HISTÓRICA E ECONÔMICA.....	13
I.1.1 <i>Mercantilização: características fundamentais e imersão no processo de educação superior.....</i>	16
I.2 O EMBATE CARACTERÍSTICO ENTRE OS REGIMES NEOLIBERAL E NOVO-DESENVOLVIMENTISTA.....	18
I.2.1 <i>Regime neoliberal.....</i>	19
I.2.2 <i>Regime novo-desenvolvimentista.....</i>	21
<b>CAPÍTULO II – A ÓTICA DOS REGIMES APLICADA AO CASO BRASILEIRO .....</b>	<b>25</b>
II.1 GOVERNO FHC.....	25
II.2 GOVERNO LULA.....	29
II.3 GOVERNO DILMA.....	34
II.4 GOVERNO TEMER.....	37
<b>CAPÍTULO III – AS POLÍTICAS DE APOIO E CONTRÁRIAS À MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO GOVERNO FHC AO GOVERNO TEMER.....</b>	<b>40</b>
III.1 GOVERNO FHC.....	41
III.2 GOVERNO LULA E GOVERNO DILMA.....	45
III.3 GOVERNO TEMER.....	49
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>53</b>

## INTRODUÇÃO

A educação é um dos mecanismos mais essenciais para a promoção de oportunidades, além de ser importante para o progresso e o desenvolvimento econômico e social de uma nação. Ela tem a capacidade de desenvolver nos indivíduos suas potencialidades, para que exerçam seus papéis de cidadãos e qualificando-os para o trabalho (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988). Ademais, ela é um caminho de expansão para a liberdade econômica e política do indivíduo, nutrindo-o de oportunidades para superar privações impostas pela sociedade, como violações das liberdades básicas (SEN, 2000).

O final do século XX representou um momento de transformações importantes no sistema capitalista mundial, no que diz respeito principalmente à introdução de uma doutrina econômica neoliberal. O Estado se reformula sob as amarras da mercantilização, perdendo a característica de ser universalizado, passando a acomodar-se, por exemplo com relação a algumas políticas sociais, e o processo educacional não foge muito dessa situação.

Acompanhando essas transformações, o ensino superior no Brasil passa por diversas mudanças, ora é possível observar a aproximação das instituições superiores de educação à lógica de “mercado”, ora a educação superior pública também adquire forças durante um longo período.

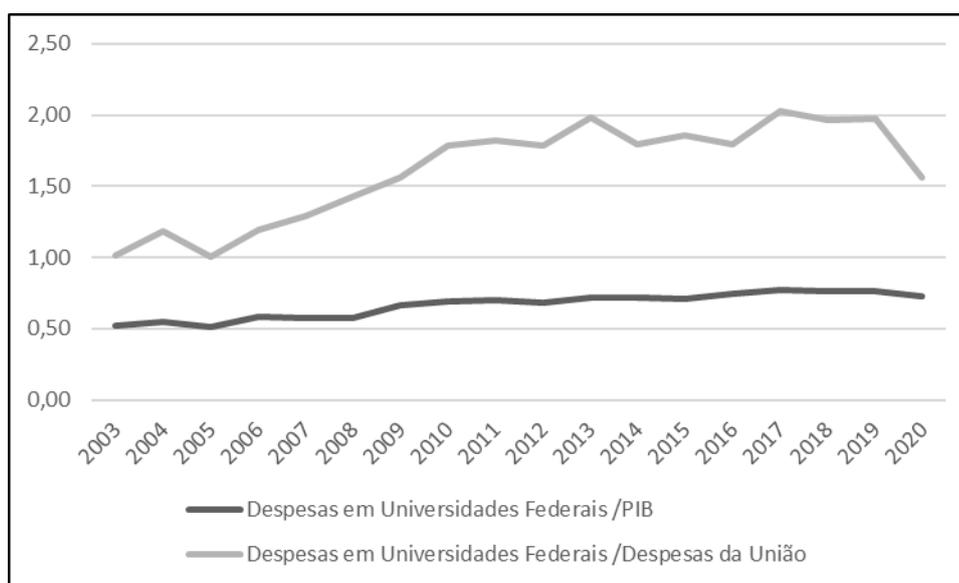
Desde o início do governo de Getúlio Vargas, em 1930, o sistema de proteção social brasileiro tem sido estruturado, porém é com a Constituição de 1988 que se pode observar um marco para a proteção social no país, onde o Estado passa a ter o dever de garantir aos cidadãos seus direitos sociais, com o objetivo de propor políticas igualitárias e universais.

É seguindo essa lógica que o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) propõe a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 (atualmente em vigor), que expandiu a responsabilidade para com a universalização do ensino superior a todos os estados e municípios além do governo federal, ainda que orientado pela lógica mercantil. Em 2003, com a mudança para o governo de Luís Inácio Lula da Silva (Lula) e passados os primeiros anos, começa-se uma fase novo desenvolvimentista (neodesenvolvimentista) que perdura até o governo Dilma Rousseff, em que o Estado permanece o principal incentivador na área da educação superior. Alguns programas são postos em prática como o PROUNI (Programa Universidade para Todos) e o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), políticas

fundamentais de acesso às instituições de ensino privadas pelas camadas sociais de menor poder aquisitivo e que seguem contribuindo para o avanço mercantil do ensino superior. Porém, percebe-se que o diferencial desses governos, é o incentivo também às universidades federais, por meio de aumento de vagas, política de cotas e renda, educação a distância e maior financiamento de pesquisas.

Com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, uma nova fase é inserida no contexto brasileiro, de retorno apenas ao apoio à mercantilização da educação superior brasileira, que perdura até hoje. Essa realidade tende a ser observada no gráfico abaixo, que acompanha o financiamento das universidades federais desde o primeiro governo Lula (2003) até o início do governo Bolsonaro (2020), reafirmando o seu declínio a partir de 2017:

**Gráfico I - Recursos destinados às universidades federais (incluindo hospitais universitários) como percentual do PIB e das despesas da União (2003-2020)<sup>1</sup>**



Fonte: elaboração própria a partir de dados de Reis e Macário (2020).

Essa mercantilização do Estado de Bem-Estar Social brasileiro é um tema bastante presente nas discussões entre estudiosos da economia. Desde a crise do governo Dilma em

<sup>1</sup> Valores do gráfico I em porcentagem. Já os valores que deram base às porcentagens foram medidos em reais (R\$) e configurados com o IPCA de janeiro de 2020. Os valores até 2019 foram examinados com o orçamento executado e os valores de 2020 foram os previstos pela Lei Orçamentária Anual.

2016, como dito anteriormente, governos neoliberais assumiram o rumo das políticas econômicas adotadas no país, permitindo com que houvesse questionamentos acerca do debate econômico da educação superior brasileira e de que forma ela seria modificada para atender a essas características divergentes dos governos anteriores, ditos novo desenvolvimentistas em sua essência. Hoje, mesmo com as discussões acerca da mercantilização do Estado de Bem-Estar Social, há uma escassez de debate específico voltado para as aplicações no ensino superior e as bases que fundamentam essa política.

As políticas de mercantilização da educação superior no governo atual, com base na PEC Emergencial<sup>2</sup>, justificam um estudo aprofundado sobre o tema, no sentido que priva a sociedade de acesso facilitado a um direito básico. Como mostra a reportagem “Para aprovar auxílio, governo Bolsonaro quer fim de gasto obrigatório com saúde e educação; entenda”, publicada digitalmente pela BBC News Brasil no dia 25 de fevereiro de 2021.

Dessa forma, o presente trabalho possui como principal objetivo, ao abordar esse tema, associar as mudanças de políticas econômicas orientadas pelos regimes econômicos neoliberal e novo desenvolvimentista, durante os governos brasileiros a partir de 1995, ao encorajamento da lógica mercantil da educação superior no Brasil e ao seu acesso democrático.

Para tanto, a monografia está dividida em três capítulos, além de sua introdução. O primeiro capítulo procura desenvolver as ideias principais sobre os regimes econômicos abordados no trabalho – regimes novo desenvolvimentista e neoliberal – expondo suas características essenciais e seus históricos. Além de uma análise do conceito “mercantilização”, visando à delimitação precisa do termo que irá conduzir todo o trabalho.

O segundo capítulo encontrará as mesmas características de cada regime econômico descritas no primeiro capítulo e vai expô-las em cada governo brasileiro desde FHC até Michel Temer, caracterizando-os e associando-os. Assim, com esse vínculo feito, pode-se passar para o terceiro capítulo. Nele, será feita uma análise histórica e econômica das políticas de mercantilização de todo o processo que envolve a educação superior brasileira e, também, das políticas de incentivo ao ensino superior público.

---

<sup>2</sup> A Proposta de Emenda à Constituição Emergencial (PEC 186/2019) é parte de um pacote de emendas constitucionais fortemente neoliberais chamado Plano Mais Brasil, aprovada no governo de Jair Bolsonaro, para reequilibrar as finanças do Estado. Assim, tornando-se a Emenda Constitucional nº 109 de 15/03/2021 que defende alguns pontos principais, como o fim do gasto mínimo com saúde e educação em todas as esferas de governo, revogação do repasse de 28% das receitas do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) ao BNDES, pagamento do auxílio emergencial em 2021, inclusão de mecanismos para ajuste fiscal e redução do endividamento do governo federal, Estados e municípios, além de corte de benefícios tributários.

Por fim, na conclusão serão sistematizados todos os tópicos abordados no decorrer do trabalho, definindo que os governos brasileiros ditos neoliberais possuem foco exclusivo nas políticas de incentivo à mercantilização do ensino superior, já os governos novo desenvolvimentistas além de facilitarem os acessos às universidades privadas para além das classes mais altas, acima de tudo defendem também de forma mais significativa a educação superior pública, estando os regimes econômicos presentes nos governos brasileiros sempre atrelados à forma como o Estado prioriza a educação pública e sua mercantilização.

# CAPÍTULO I - OS CONCEITOS POR DETRÁS DO TEMA

## Introdução

O objetivo deste capítulo é buscar definições para o que vem a ser o processo de mercantilização. Além disso, o mesmo procura caracterizar os dois regimes a serem expostos no presente trabalho – neoliberal e novo-desenvolvimentista – e que compuseram o período delimitado de estudo, do governo Fernando Henrique Cardoso até o governo Michel Temer.

Para isso, o capítulo encontra-se dividido em mais duas seções, além desta introdução: a primeira busca elucidar o significado histórico do termo mercantilização a partir das visões de alguns autores econômicos e conectá-las ao processo de organização do ensino superior. Já na segunda seção serão observadas as tendências características dos regimes neoliberal e novo-desenvolvimentista e suas especificidades ainda de que forma também se associam ao processo mercantil da educação superior.

A adoção dessas claras definições é de fundamental importância para o prosseguimento do trabalho, pois com elas será possível fazer vínculos com as opiniões dos capítulos posteriores, onde serão expostas essas mesmas características limitadas ao caso brasileiro.

Cada regime econômico possui determinados conjuntos característicos que irão nortear as políticas econômicas de determinada época, envolvendo todos os campos da economia.

## I.1 O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO E SUAS BASES HISTÓRICA E ECONÔMICA

Nos últimos anos tem-se ouvido falar bastante sobre o termo “mercantilização”<sup>3</sup>. Muitas vezes é possível associá-lo diretamente a algo que envolva o mercado de forma geral, algum bem que possa ser comercializado e que gere lucro para alguém. Porém essa palavra possui

---

<sup>3</sup> O conceito de mercantilização que está sendo trabalhado na presente monografia se difere do termo privatização no sentido que a privatização diz respeito ao objeto que está sendo transferido do domínio público ao domínio privado, já a mercantilização diz respeito ao objeto que está sendo transformado em mercadoria, além de adquirir os diversos conceitos e características a serem expostas no presente capítulo.

uma forte bagagem histórica, sendo remetida desde a época do Mercantilismo, no século XV, até o sistema econômico que hoje dita a nossa forma de viver, o Capitalismo. Até mesmo no Feudalismo já existia uma formação de mercado, de trocas de bens comercializáveis, porém somente a partir do Mercantilismo que o mercado ganha forças e adquire seu lugar como principal foco do Estado e futuramente de todas as partes dentro da sociedade.

Como enxergamos o mercado hoje, para além de um simples lugar onde é permitido comercializar bens de interesse mútuo entre duas pessoas, foi resultado de um longo caminho de mudanças entre sistemas econômicos e regimes econômicos<sup>4</sup> que deram espaço para sua evolução. Em um primeiro momento, pensadores econômicos começaram a se dedicar a análises mais aprofundadas sobre essa lógica de mercado, de forma ainda mais intensa com o advento do capitalismo. Como, por exemplo, Karl Marx. O autor foi um forte crítico ao sistema capitalista e conseqüentemente pôde contribuir para análise do conceito de mercantilização.

Como defendido por Marx, o sistema capitalista se insere na busca incessante pela geração de valor e a lógica de mercado pela apreciação do valor de troca da mercadoria. Porém, o pressuposto básico da transformação de algo em valor de troca é que deve-se obter em primeiro lugar o reconhecimento social da utilidade do bem em questão (MARTINS, 2020, p.3).

Percebe-se que a mercantilização adquire os traços do sistema capitalista em sua essência e se forma através de suas características básicas. Assim, ela pode ser considerada como o processo dito quando algum bem é transformado em mercadoria, ainda mais quando esse objeto analisado obtém a relevância social dita por Marx. Além disso, o objeto também estaria sendo integrado ao circuito de geração de valor, de certa forma (MARTINS, 2020, p.3)

Sendo assim, pode-se afirmar que a mercantilização além de ser um processo que ganhou força com o surgimento do sistema capitalista, de onde pôde obter suas raízes principais, também pode ser associada ao processo educacional pelo fato do mesmo obter forte relevância social e ser objeto essencial para a evolução da sociedade. Ademais, a palavra ganha maior notoriedade em seu sentido atual nas últimas décadas com a ascensão de um regime dito neoliberal, que se caracteriza essencialmente por defender o livre mercado e a intervenção cada

---

<sup>4</sup> Entendem-se por sistemas econômicos os seguintes exemplos: Capitalismo e Socialismo.

E por regimes econômicos: Liberalismo, Neoliberalismo, Nacional-Desenvolvimentismo, Novo-desenvolvimentismo, entre outros.

vez menor do Estado na economia, possibilitando uma maior conexão e evolução dessa característica mercantil. Esse regime será estudado com maiores detalhes a seguir.

Ainda, é de interessante colocação trazer em um instante anterior uma definição mais atualizada para o termo “mercantilização”. Mesmo que seja um termo já exposto pelos estudiosos do capitalismo, hoje é possível enxergá-lo de forma mais clara. Nas palavras de Oliveira (2005):

Segue-se que “mercantilização” refere-se a um processo; é, portanto – e daí sua importância – um conceito dinâmico, enquanto o de mercadoria, pelo menos em contraste, é estático. (OLIVEIRA, 2005, pp.82 e 83)

Esse processo, como observado por Oliveira (2005), pode ser considerado um neologismo que reaparece em um momento mais atual através do regime econômico denominado Neoliberalismo. Ele além de carregar todos os aspectos históricos conceituais desde os tempos mais antigos, se fortalece com a propensão capitalista de transformar o que for possível em mercadoria, reafirmando o que foi dito previamente nas ideias de Marx.

Portanto, pode-se concluir que a palavra “mercantilizar” a qual está sendo referida no presente trabalho possui toda uma bagagem histórica. Ela herda características de um sistema econômico desde séculos anteriores e passa a ser denominada como um processo que, além de permanecer com a característica principal da lógica de mercado, evoluiu para atributos próprios e que a concentra em um sentido único e atual.

Essas características serão expostas nas próximas páginas. Com elas pode-se delimitar o conceito do que é considerado quando algo está sendo “mercantilizado” e quais ações estão sendo tomadas por um determinado governo através de políticas econômicas que caracterizam o termo “mercantilização” atualmente.

Por fim, a ideia de mercantilização é associada à educação superior, no mesmo sentido que constata-se a inserção da lógica de mercado neste segmento nas últimas décadas; ainda que antigamente se torne um pouco contraditório associarmos a educação a um mercado, pois a educação socialmente não foi produzida como uma mercadoria, mas sim seu oposto: vinculada à produção e reprodução da existência humana. (SAVIANI, 2005). Será feita uma

análise mais detalhada sobre o conceito “mercantilização” e a ideia do processo que possibilitou sua associação à educação superior.

### I.1.1 *Mercantilização: características fundamentais e imersão no processo de educação superior*

Com base na perspectiva histórica e conceitual feita anteriormente, pode-se encaminhar a análise da mercantilização para um panorama atual. Quais atitudes nos anos recentes seriam caracterizadas em benefício à mercantilização de algum segmento, como da educação superior, por exemplo?

A proposta principal se enquadra na ideia de que um segmento mercantilizado é aquele em que seu produto se transforma em uma mercadoria, cujo preço é instituído sobre a lógica de mercado e com intuito central em obter lucro a favor de seus proprietários e acionistas (SGUISSARDI, 2008).

Em outras palavras, o ensino superior passa a funcionar transformando o seu bem principal, a educação, em mercadoria. Dessa forma, a educação superior começa a adquirir características como qualquer outro mercado. Diversas qualidades continuaram a somá-la para além desse conceito simplório de venda. Hoje, estratégias de mercado na direção da financeirização e oligopolização do setor são cada vez mais vistas. Percebe-se principalmente a transformação de universidades privadas ou centros universitários em *holdings* e empresas com maior capital no setor universitário fazendo aquisição de instituições de ensino superior de porte médio ou pequeno em dificuldades financeiras. Essa posse pode se manifestar através de fusões de capital, cuja colaboração permite ganhos de escala e maior fatia de mercado, como também por uma maior inserção em novos nichos de mercado (CARVALHO, 2013).

Além disso, estratégias de *marketing* são cada vez mais notadas para diferenciar uma Instituição de Ensino Superior (IES) da outra e para atrair mais clientes/estudantes ou legitimação para o negócio (CARVALHO, 2013).

Todas essas características podem ser hoje observadas em planos de mercado para qualquer produto, principalmente no que diz respeito à educação superior. Retomando ainda o ideal teórico marxista e conectando a ideia da mercantilização ao ensino superior, Sguissardi (2008) descreve que essa mercantilização pode ser compreendida entre duas relações: a

primeira forma expõe o vínculo educação-mercadoria, ou seja, quando a educação pode ser vista como objeto de exploração de mais-valia ou de valorização pelos empresários da educação; e até certa forma também de interesse privado/mercantil no aparelho do Estado Nacional. A segunda relação é a que denomina-se como mercadoria-educação que transforma o objeto educação em algo sob a influência das características do mercado. Como, por exemplo, percebe-se a preocupação quanto ao alto número de profissionais graduados (em algumas áreas específicas), com forte bagagem curricular que criam um exército de reserva que tende a rebaixar os salários dessa categoria profissional, entre outras percepções.

É relevante ressaltar também que as estratégias de mercado mencionadas anteriormente e que compõem o processo de “mercantilização” com foco no aumento de demanda para seus produtos, inclusive a educação superior, são cada vez mais observadas no mundo globalizado. O acesso às informações cada vez mais fáceis e rápidas possibilitam a invenção de novas características para o mercado e estratégias para conseguir capital. A concorrência se torna bastante acirrada e as especializações em determinados nichos acadêmicos como forma de garantir seu lugar no mercado de educação superior são cada vez mais vistas.

Evoluindo ainda mais com as possíveis formas de mercantilização delimitadas neste Trabalho de Conclusão de Curso, é possível notar grupos educacionais abrindo capital em bolsa de valores. Hoje, o mercado financeiro está cada vez mais presente nas estratégias de investimento das corporações, caracterizando essa lógica mercantilista atual (CARVALHO, 2013).

Por fim, o ensino superior se ajusta na lógica de mercado também através de alguns tipos de instituições superiores: as universidades corporativas, as universidades a distância e as universidades lucrativas. As universidades ditas privadas se enquadram essencialmente na lógica de mercantilização por funcionarem de acordo com os incentivos de mercado, comercializando o bem educação que oferecem. Mas além disso, podem possuir outros interesses lucrativos, conforme dito por Carvalho (2013).

Conclui-se então, que o sentido de mercantilização quando dito no presente trabalho pode possuir as características mencionadas nos parágrafos anteriores. Assim como exposto, o termo também se associa ao regime Neoliberal, portanto é interessante estudar esse regime com maior detalhamento a seguir.

## I.2 O EMBATE CARACTERÍSTICO ENTRE OS REGIMES NEOLIBERAL E NOVO DESENVOLVIMENTISTA

Nesta segunda parte, é de significativa relevância descrevermos os embates característicos entre os dois regimes que compuseram os últimos governos brasileiros: neoliberal e novo-desenvolvimentista (ou neodesenvolvimentista, como alguns estudiosos o denominam) para uma maior delimitação e compreensão dos dois.

Ambos os regimes possuem identidades históricas divergentes e relevantes para suas discussões. O neoliberalismo, regime presente internacionalmente desde a década de 40 e que obtém maior conhecimento em termos de estudo por volta de 1980, advindo de uma determinada época na história onde era defendido como a melhor forma de organização econômica, vem à cena no Brasil principalmente sob influência de um contexto também internacional, por meio do Consenso de Washington. Ele superaria o dito nacional-desenvolvimentismo, assim como iria ser mitigado pelo novo-desenvolvimentismo em uma época posterior.

Ainda que o novo-desenvolvimentismo obtenha suas raízes no regime econômico surgido anteriormente - neoliberalismo- e seja bastante confundido com o mesmo, suas características tendem a caminhar em sua maioria em um sentido contrário ao liberal e ligado a políticas sociais, ditas de esquerda (CASTELO, 2012)

São diversas as opiniões acerca das características singulares tanto do regime neoliberal quanto do regime neodesenvolvimentista e de que forma elas poderiam ser comparadas.

Mesmo que o neoliberalismo seja identificado como uma onda de desregulamentação dos mercados, de privatização e de desmonte do Estado de bem-estar social ao redor do mundo, seu conceito foi sendo estruturado ao longo dos anos para além de uma continuação simplista de um regime anterior, liberal. Diferentes países em seus momentos específicos adotam conjuntos de características que globalmente são associadas a esse regime (ANDRADE, 2019).

Porém, no que diz respeito ao regime neoliberal brasileiro, algumas particularidades podem ser identificadas para além das expostas e são de relevância para um maior entendimento de sua formação que será proposta no presente trabalho. O mesmo caso se aplica ao regime novo-desenvolvimentista, que essencialmente surge na conjuntura econômica brasileira sobre uma derivação da lógica neoliberal.

Como exposto por Castelo (2012), o novo desenvolvimentismo aparece oferecendo uma terceira alternativa no século XXI tanto para o projeto liberal quanto para o projeto socialista que acompanha os sinais de esgotamento do neoliberalismo.

A seguir será descrito o panorama histórico que contribuiu para a ascensão de cada um dos regimes a serem estudados ao transcorrer da monografia com maiores detalhes, além de suas descrições características gerais defendidas por diversos autores na literatura econômica, não somente ligado ao caso brasileiro e que irão nortear os capítulos posteriores. Sobretudo, os regimes serão determinados cuidadosamente de forma a ser criada uma separação clara entre os mesmos e expostas suas singularidades também quanto à política de mercantilização da educação superior.

### *1.2.1 Regime neoliberal*

Antes de serem evidenciados os atributos de caráter neoliberal que serão resgatados futuramente no trabalho, deve-se ser feita uma separação entre conceitos. Como escrito por Filgueiras (2006), o neoliberalismo é uma doutrina político-econômica. Esse termo é aplicado de forma mais genérica para reconhecer o regime adotado por alguns países logo após a Segunda Guerra Mundial, de forma antagônica ao Estado de Bem-Estar Social e ao socialismo, através de uma atualização do liberalismo. Já, o que também será caracterizado nas próximas linhas será o projeto neoliberal do caso brasileiro, que obtém além de suas formulações gerais, alguns traços específicos.

Para ajudar a expor a lógica de pensamento neoliberal e do projeto brasileiro, deve-se analisar a percepção de alguns autores econômicos. Resgatando a teoria marxista já comentada, o neoliberalismo é descrito como um regime que insere um novo contexto no sistema capitalista a partir dos anos 1970. Ele promove a hegemonia de uma classe com maior poder aquisitivo, através de uma política econômica que abre portas para o livre mercado, que garante a liberdade individual de empreender e que confere ao Estado um papel institucional mínimo. Sendo assim, esse regime possibilita uma ascensão das políticas de benefícios às camadas de alta renda.

Ainda, em linha com a definição bourdieusiana (de Pierre Bourdieu) de que o neoliberalismo é a implementação de políticas de estado, conduzida pela alta função pública, visando transformar e enfraquecer o estado social e modificar a sociedade, no regime neoliberal,

é possível dizer que o Estado regula a economia em favor das empresas, expandindo os mercados, enquanto as suas políticas sociais são reformuladas (ANDRADE, 2019).

O projeto neoliberal mencionado anteriormente ganha forma em um regime onde há a retirada do Estado de setores estratégicos da atividade econômica, como por exemplo, a educação superior. Juntamente a isso, observa-se a redução de sua capacidade de investimento, o enfraquecimento da possibilidade de regulação econômica pelos aparelhos estatais se expande. Assim, como uma das características de maior diferenciação para o regime novo-desenvolvimentista a ser detalhado na próxima seção, está a diminuição das políticas sociais universais quando o Estado Nacional se manifesta defensor do regime econômico neoliberal.

Dessa forma, a associação da mercantilização da educação superior ao regime neoliberal se torna coerente, na medida que o mesmo é normalizado pela lógica do mercado e também pelas dimensões da concorrência, adquirindo forma de empresa privada. Além disso, percebe-se a divulgação do modelo de mercado para além dele mesmo, reformando o Estado e a gestão de suas políticas públicas e econômicas. (ANDRADE, 2019).

Para Andrade (2019), quando associamos um regime econômico ao neoliberal, implicitamente está se reconhecendo um momento que o Estado está submetido às regras de um direito privado, se construindo segundo as normas de mercado provido de concorrência. Em suas palavras:

O Estado, ao difundir situações de concorrência, conduz indiretamente os indivíduos a se conduzirem como empreendedores de si mesmos. A empresa é alçada a modelo de subjetivação, sendo cada indivíduo um capital a ser gerido e valorizado conforme as demandas do mercado. (ANDRADE, 2019, p. 220)

Algumas características fundamentam o regime neoliberal que está sendo abordado, além das gerais já mencionadas. A correlação com a mercantilização do ensino superior é clara, na medida que a mercantilização se baseia no regime econômico neoliberal, que apresenta diversos aspectos em comum. O primeiro deles, é a transferência de responsabilidade pública dos benefícios sociais (educação) e ainda das instituições públicas superiores para o domínio privado, permitindo com que seja objeto de acumulação capitalista. Um segundo ponto é a mudança de direção do fluxo redistributivo para as classes mais altas da sociedade, que se

beneficiam das privatizações e das isenções tributárias e fiscais em seus negócios. Por fim, uma característica central: a criação de um clima favorável pelo Estado aos investimentos privados, que se põe como garantidor de última instância das instituições financeiras e absorve os prejuízos privados. Além disso, promovendo parcerias público-privadas e assumindo os riscos das empresas privadas (HARVEY, 2008).

Outro ponto, é a observação de um movimento de centralização de capitais no regime neoliberal, que se forma através de fusões, incorporações e aquisições de empresas. Fato decorrente de um contexto de abertura comercial e financeira defendido pelo regime (FILGUEIRAS, 2006).

Conectando de forma concreta a mercantilização da educação superior ao regime econômico neoliberal, algumas características específicas do mesmo no campo universitário podem ser apontadas. A formação universitária menos abrangente e mais profissionalizante é uma delas, já que o sentido principal que a lógica de mercado neoliberal sobre o ensino propõe que o foco principal é a inserção da pessoa no mercado de trabalho. Além disso, a privatização das universidades, advinda da circunstância privada de toda uma economia, que incentiva também o jogo de *marketing* das universidades privadas com foco no aumento no número de matrículas (ANDRIOLI, 2002).

### *I.2.2 Regime novo desenvolvimentista*

Primeiramente, deve-se dividir a análise do regime neodesenvolvimentista em duas partes: antes de tudo, é importante ressaltar a sua origem temática, para posteriormente expor suas características emblemáticas.

Assim como apontado anteriormente, o novo-desenvolvimentismo é um regime econômico estudado no Brasil e que possui características que mistura duas vertentes econômicas antagônicas, de esquerda e de direita. Apesar de ser concreta a opinião de que o novo-desenvolvimentismo possui aspectos tanto do regime neoliberal quanto traços mais sociais associados ao nacional-desenvolvimentismo anterior à época mais liberal brasileira, alguns autores abordam essas influências de formas diferentes.

Cepêda (2012), por exemplo, trata o novo-desenvolvimentismo como um resgate do nacional-desenvolvimentismo sob nova roupagem e como fase principalmente de oposição ao liberalismo econômico. Algumas particularidades podem ser apontadas as quais diferem os desenvolvimentismos destacados. No novo desenvolvimentismo há uma combinação específica de políticas de crescimento com políticas de distribuição de renda, onde o processo de inclusão social pode ser mais observado. Além disso, o processo de intervenção na política econômica parece ser menos direto, com base em uma menor autonomia também do Estado. No entanto, algumas permanências também são explicitadas, como a noção de que o Estado ainda seria o agente principal para a solução de impasses na estrutura social, de forma independente do livre mercado e de ações individuais, reagindo à característica principal do neoliberalismo.

Já Sampaio Jr (2012) traz um conceito central a ser comparado no presente trabalho. Em suas palavras:

O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional — com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo — comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social. (SAMPAIO JÚNIOR, 2012, p.679)

Ainda, Rodrigo Castelo (2012) separa a fase novo desenvolvimentista em três correntes: A primeira, denominada macroeconomia estruturalista, diz que o papel do Estado no novo desenvolvimentismo é de regulador das falhas de mercado, promovendo as políticas de exportações, de câmbio e juros. A segunda é a pós-keynesiana e a terceira, além de mais conhecida, é a corrente social desenvolvimentista. Essa última corrente possui as características principais que norteiam todo o presente trabalho, já que possui o maior conjunto divergente de especificidades em relação ao outro regime econômico, neoliberal. O social

desenvolvimentismo<sup>5</sup> envolve o novo-desenvolvimentismo em uma política social-econômica de crescimento econômico, reafirmação da soberania nacional, reformulação do papel do Estado e choque distributivo.

Com essas definições principais, algumas particularidades do regime em questão podem ser defendidas como as que irão desenvolver os próximos capítulos. A maior inserção no mercado mundial, maiores políticas de inclusão social e de crescimento econômico orientada pelo planejamento estatal ainda que preocupado com a estabilidade macroeconômica não podem deixar de serem descritas e se baseiam justamente na dualidade liberal e social apontadas anteriormente por Castelo (2012).

A parte herdada como um resgate do desenvolvimentismo mais antigo é notada pela ênfase nas questões sociais e na economia movida por uma preocupação com o lado da demanda. O regime novo desenvolvimentista defende políticas de consumo e renda popular como parte importante para o crescimento econômico e preocupação social, assim são compreendidas estratégias para maior consumo e renda da população para além das classes mais altas. Políticas de transferências de rendas diretas e de crédito popular se tornam comuns (CEPÊDA, 2012).

Nesse sentido, pode-se dizer que a educação superior se mantém mercantilizada e ao mesmo tempo se insere de forma mais democrática na sociedade quando se trata de um Estado inserido no regime novo desenvolvimentista que abre vagas para políticas de democratização de acesso às universidades. Essa democratização se associa tanto às políticas de expansão de vagas em instituições públicas quanto de financiamento de mensalidades para alunos de baixa renda no sistema privado (CEPÊDA, 2012).

O Estado novo desenvolvimentista aumenta os gastos sociais no sentido que obtém maior estratégia econômica e prioridade ao seu desenvolvimento. Para isso, taxas de câmbio competitivas, responsabilidade fiscal e aumento da carga tributária são artifícios necessários que funcionam como financiamento para esses gastos (BRESSER -PEREIRA, 2012).

Ele também cobre a concorrência na economia que se diz ser necessária para inovações empresariais e mantém a dinâmica do capitalismo, ainda que reguladas por regras estatais.

---

<sup>5</sup> Dentre as principais divergências entre o social desenvolvimentismo e o novo desenvolvimentismo estão que o novo desenvolvimentismo é um desenvolvimentismo exportador do setor privado, onde os governos que o adotam, oferecem um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas buscando alcançar o nível de renda per capita dos países desenvolvidos, através do crescimento nas exportações. Já o social desenvolvimentismo é o regime desenvolvimentista distributivo orientado pelo Estado, com ênfase no mercado interno e no papel do Estado para influenciar a distribuição de renda e a alocação de investimentos.

Dessa forma, o Estado novo desenvolvimentista, por fim, se entrega a uma estratégia nacional de desenvolvimento que promove políticas voltadas ao progresso técnico, à ampliação de mecanismos nacionais de financiamento do investimento e de instituições adequadas ao mesmo (SICSÚ, 2007).

## **CAPÍTULO II - A ÓTICA DOS REGIMES APLICADA AO CASO BRASILEIRO**

### **Introdução**

Nesta segunda parte serão detalhadas as políticas econômicas do governo Fernando Henrique Cardoso, com início no ano de 1995, até o final do governo Michel Temer em 2018 que são relevantes para a formação de entendimento do trabalho. Essa especificidade possui o objetivo central de separar os governos nas lógicas dos regimes apontadas no primeiro capítulo: neoliberal e novo-desenvolvimentista, com a defesa de que os governos FHC e Temer são essencialmente neoliberais e os governos Luís Inácio Lula da Silva (Lula) e Dilma são em sua maior parte novo-desenvolvimentistas.

Dessa forma, procura-se explicitar que determinados governos brasileiros quando tendem a desenvolver tais políticas econômicas no país que respeitam as características dos regimes econômicos envolvidas no capítulo I, podem ser nomeados como novo-desenvolvimentistas ou neoliberais.

### **II.1 GOVERNO FHC**

O início da era neoliberal no Brasil tem seu marco a partir de alguns anos anteriores a 1990, pós ditadura militar. Porém, é com o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) entre 1995 e 2002 que pode-se notar com propriedade as características descritas neoliberais em um período de gestão completo. O neoliberalismo descrito no capítulo anterior se enquadra ao caso brasileiro, que assume particularidades dessa gestão através de políticas econômicas que remetem ao regime neoliberal, como: a desregulamentação dos mercados, abertura comercial e especialmente financeira proposta pelo Estado, a redução do tamanho e papel do Estado que promove reformas de transferência de sua autonomia para a iniciativa privada, privatizações constantes e incentivos às fusões e aquisições (NEGRÃO, 1996).

Com base na história econômica, o governo FHC abrangeu um período em que os pilares da economia se baseavam no famoso Consenso de Washington, que propunha a implementação nos países menos desenvolvidos de uma série de reformas econômicas para que pudessem

garantir o reforço financeiro de órgãos externos como o FMI e melhorassem relativamente suas economias, segundo essa visão. Políticas como disciplina fiscal, através da qual o Estado deveria limitar seus gastos apenas com arrecadação; reforma tributária; liberalização financeira e do comércio exterior; privatizações e reformas legislativas foram reforçadas em conjunto com o ideal neoliberal (NEGRÃO, 1996).

Em uma situação de alta inflação no Brasil na época foi-se elaborado um plano para acabar com esse temor do imposto inflacionário no país, o Plano Real. Porém, no presente trabalho não será descrita a força tarefa para que o plano fosse efetivado e sim as características presentes nos dois governos de Fernando Henrique que o faz ser enquadrado como um governo neoliberal. Essas características são adotadas também como forma de alcançar o objetivo do sucesso de um plano para combater a alta inflação, mas principalmente porque se acreditava na permanência de um regime que priorizava certas opiniões inerentes ao momento em que o país vivia como forma para o crescimento econômico (CARNEIRO, 2002).

Serão expostas as particularidades presentes no governo mencionado como forma de caracterizá-lo neoliberal. O primeiro aspecto que deve ser destacado foi a sua busca pela abertura comercial por meio da redução do protecionismo econômico que é defendido pelo regime antagônico, desenvolvimentista. Assim, o que se percebe é que o governo ao reduzir as tarifas alfandegárias e valorizar a taxa de câmbio do país, buscou um processo de liberalização e concorrência econômica, específico do modelo neoliberal. Assim como também exposto por Carneiro (2002), a abertura comercial a partir nos anos de 1990 motivou a competitividade entre diversos setores produtivos.

A diminuição das barreiras tarifárias e a manutenção do câmbio sobrevalorizado no primeiro governo FHC tinha como objetivo aumentar as importações através do seu barateamento, que alimentaria um processo de concorrência para com os produtores nacionais, além de renovação do parque industrial brasileiro e conseqüentemente traria maior competitividade nas exportações, o que reforça ainda mais a lógica considerada da necessidade de liberalismo econômico para alcançar uma concorrência dita essencial para o funcionamento da economia (SALLUM JR, 1999).

Outro ponto principal foi o início do aumento de fusões e aquisições no Brasil, com a finalidade de concentrar as empresas em determinadas atividades que estimulassem seus processos de inovação e competitividade. Na tabela abaixo pode-se observar os altos números

de fusões e aquisições durante o governo FHC, que irão persistir também nos governos posteriores:

**Tabela I – Fusões e aquisições de empresas no Brasil (1995 a 2018)**

<b>Anos:</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Número de Transações:	212	328	372	351	309	353	340	227	230	290	363	473
<b>Anos:</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Número de Transações:	699	663	454	726	817	816	796	818	773	740	830	967

Fonte: KPMG de Fusões e Aquisições (2019). Elaboração própria a partir de dados de relatório

Esse fato foi instigado ainda mais por meio do aumento das privatizações de empresas antes estatais, fomentado pelo capital estrangeiro. De fato, as privatizações ganharam força, além das reformas constitucionais feitas no período que almejavam redefinir o papel do Estado na área econômica.

**Tabela II – Programa Nacional de Desestatização (PND)  
do governo FHC (1995 a 2002)**

<b>Anos</b>	<b>Empresas privatizadas</b>	<b>Receitas (US\$ bilhões)</b>
<b>1995</b>	8	1,12
<b>1996</b>	11	4,2
<b>1997</b>	4	3,81
<b>1998</b>	7	1,23
<b>1999</b>	2	0,55
<b>2000</b>	1	7,67
<b>2001</b>	1	2,9
<b>2002</b>	1	0,08
<b>Total</b>	35	21,56

Fonte: Boletim Anual do Banco Central do Brasil (2002). Elaboração própria a partir dos dados.

Privatizações do setor de telecomunicações e de energia elétrica foram amplamente notados, além do setor financeiro buscando a concorrência e investimentos no mercado tão

importante para caracterização do período. Foram privatizadas grandes empresas e bancos antes estatais como a Companhia Vale do Rio Doce, a Telebrás e o Banespa. Com isso o investimento por parte do Estado se reduz, como observado abaixo:

**Tabela III – Investimento em infraestrutura econômica (1990 a 1998)**

Setores	Energia		Telecomunicações		Total	
	US\$ bi	% PIB	US\$ bi	% PIB	US\$ bi	% PIB
<b>1990</b>	8,8	2,4	1,6	0,44	10,4	2,84
<b>1991</b>	5,7	1,52	2,8	0,74	8,5	2,26
<b>1992</b>	4,9	1,18	2,8	0,68	7,7	1,86
<b>1993</b>	4,5	0,99	3,2	0,71	7,7	1,7
<b>1994</b>	3,9	0,66	3,2	0,54	7,1	1,2
<b>1995</b>	4,2	0,68	4	0,65	8,2	1,33
<b>1996</b>	4	0,59	6	0,88	10	1,47
<b>1997</b>	4,8	0,56	7,5	0,87	12,3	1,43
<b>1998</b>	5,4	0,6	3,7	0,41	9,1	1,01

Fonte: Carneiro (2002) *apud* Ipea Data (2000). Elaboração própria a partir dos dados.

A porcentagem referente aos investimentos do Estado sobre o setor de energia e telecomunicações, importantes setores na infraestrutura pública, passa de 2,84% do PIB total em 1990 para 1,01% em 1998, explicitando esse investimento decrescente.

Assim como defendido pelo pensamento neoliberal, o Estado lentamente vai perdendo suas funções empresariais, sendo transferidas para a iniciativa privada. Isso só foi possível com algumas reformas constitucionais aprovadas, como a que autorizava o Estado a conceder o direito de exploração de todos os serviços de telecomunicações às empresas privadas e que acabava com a discriminação constitucional em relação às empresas de capital estrangeiro, essenciais para a concorrência das empresas privadas (SALLUM JR, 1999).

Foi instituído um processo de desregulamentação da economia no que diz respeito ao Estado, com a criação das Agências Reguladoras (Anatel, Aneel e ANP) transferindo parte das funções públicas para a iniciativa privada, que tinham a finalidade de regulamentar e fiscalizar as empresas dos setores de energia e telecomunicação, além do mercado em que estavam inseridas (GODOY, 2004).

Além desse processo de privatizações, outra importante política econômica adotada durante o governo FHC foi o aumento significativo das taxas de juros, atrelada a uma abertura

no país para o capital financeiro estrangeiro que foi essencial também no processo de abertura comercial e de privatizações (SALLUM JR, 1999).

Todas essas políticas mencionadas anteriormente se conectam, formando um laço neoliberal presente até o final do governo de Cardoso em 2002. Tal fato fica transparente, por fim, com a menção ao ajuste fiscal progressivo realizado pelo governo que abre margem para que essa perspectiva neoliberal venha mais ainda à tona justamente por apoiar o controle progressivo dos gastos públicos em reformas estruturais (previdência, administrativa e tributária) a fim de alcançar o equilíbrio das contas públicas (SALLUM JR, 1999).

A Lei de Responsabilidade Fiscal criada nos anos 2000 reforça ainda mais esse fato, pois instituiu limites de gastos com pessoal e estabeleceu parâmetros no que diz respeito à transparência e controle da gestão pública (COSTA PINTO, 2010).

Ainda em seus últimos anos, a perspectiva de que se estabelecendo metas fiscais em conjunto com um regime de câmbio flutuante e da defesa da importância de obter uma meta de inflação, se transformou no marco do governo FHC, o chamado Tripé Macroeconômico, característico de uma economia neoliberal, por reforçar ainda mais a liberdade econômica como tema central e por controlar ainda mais os gastos do Estado por meio de políticas fiscais. O Tripé permaneceu até o Governo Temer, quando foi aprovado o teto de gastos, guiando a economia brasileira, porém são diversas outras medidas que levam a economia ainda mais para um lado mais social durante os governos pós Fernando Henrique, formando um novo regime econômico, a ser detalhado a seguir.

## II.2 GOVERNO LULA

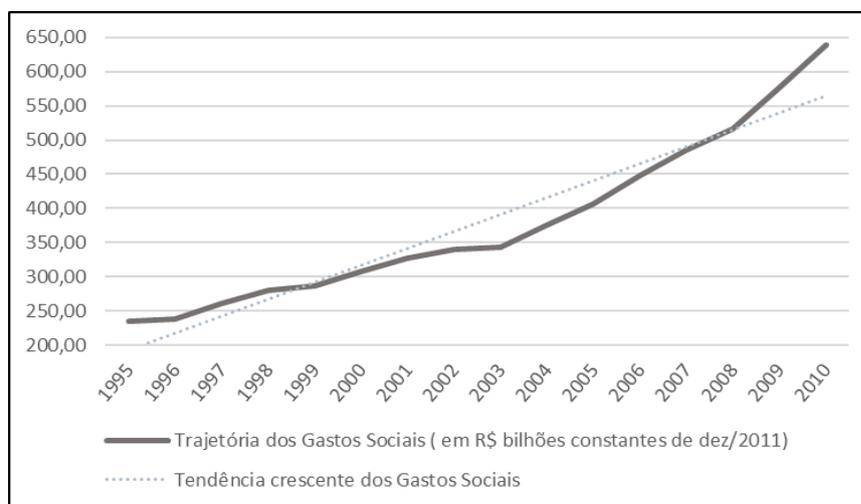
É no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) que dá-se início à fase novo-desenvolvimentista no Brasil. Como exposto no primeiro capítulo do presente trabalho, o novo-desenvolvimentismo combina certos princípios neoliberais à retomada de algumas características desenvolvimentistas, de preocupação com as políticas sociais e de incentivos à industrialização.

No governo FHC, observado anteriormente, foram elaboradas várias políticas sociais (como benefícios mensais aos trabalhadores, seguro-desemprego, entre outros) até mesmo por conta do momento pós-Constituição de 1988 que aumentou a consciência em relação ao Estado

de Bem-Estar Social no Brasil e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993, que expandiu a importância das políticas públicas sobre a assistência social. Porém, foi no governo Lula que as políticas sociais realmente obtiveram seu destaque, um dos seus traços principais para com a economia brasileira e que transformou o rumo do neoliberalismo puramente dito no Brasil.

Para entender melhor a questão da alavancagem nas questões sociais a partir de 2003 (início do governo Lula), no gráfico abaixo se encontra os gastos públicos sociais durante o governo Fernando Henrique até o final do governo Lula. Em 1995, o governo FHC apresenta um gasto social de R\$234,00 bilhões que, ao final do seu governo em 2002 passa para R\$340,00 bilhões. Já no final do governo Lula, em 2010, o gasto realizado foi de R\$638,50 bilhões, um crescimento de aproximadamente 85,99% em contrapartida com o governo FHC que aumentou seus gastos em 45,30%.

**Gráfico II – Gasto Social Federal do governo FHC ao final do governo Lula**  
(1995 - 2010) <sup>6</sup>



Fonte: IPEA *apud* SIAFI/SIDOR. Elaboração própria a partir dos dados.

Dessa forma, fica claro que houve uma significativa expansão a partir de 2003 dos gastos sociais pelo Estado. Porém, como apontado por Coletti (2015), o desenvolvimentismo do

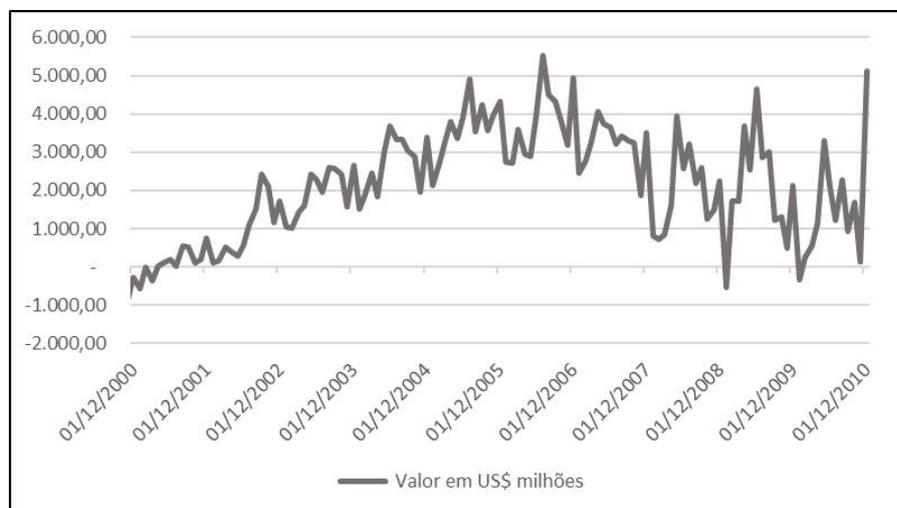
<sup>6</sup> Os valores apresentados em R\$ (reais) bilhões estão deflacionados mês a mês para a mesma moeda constante de dezembro de 2011, pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Gastos Sociais reunidos em valores da previdência social, benefícios a servidores, saúde, assistência social, educação, e emprego e defesa do trabalhador.

governo Lula foi praticado dentro de certos limites estabelecidos pelo modelo econômico neoliberal e combinou políticas de crescimento econômico com distribuição de renda.

Uma das políticas básicas neoliberais que pôde ser observada nos dois mandatos do governo Lula, foi o tripé macroeconômico. O mesmo manteve as bases da política monetária, cambial e fiscal do governo FHC, combinando as metas de inflação, o câmbio flutuante e a meta de superávit primário. Para fins de controle da inflação, a taxa de juros (Selic) continuou alta, apesar de sofrer quedas durante o governo ao fim de uma política econômica anticíclica pós crise financeira de 2008 (GOULART, 2016).

A segunda é a continuação do processo de abertura econômica, principalmente por conta do aumento dos preços internacionais das *commodities* que elevou o valor das exportações brasileiras. O Brasil se inseriu mais no comércio mundial por meio das exportações e importações, obtendo superávits crescentes na balança comercial, como observado abaixo:

**Gráfico III – Saldo da Balança Comercial presente no Balanço de Pagamentos (2000 - 2010)**



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Os investimentos estrangeiros no país também aumentaram por meio de um processo de maior liberalização financeira e cambial. Como exposto por Carneiro (2006), duas medidas da primeira parte do governo Lula se inclinam para o viés neoliberal inseridos no processo de liberalização mencionado. A primeira medida foi a abertura dos limites para que pessoas físicas e jurídicas pudessem efetuar suas remessas convertidas em dólar diretamente ao exterior. Isso só foi possível porque o governo unificou os mercados de câmbio livre e flutuante e extinguiu

a Conta de Não- Residentes em 2005. Já a segunda tarefa foi a criação da Medida Provisória 281 em 2006, que estimulou a demanda por títulos públicos nacionais por investidores estrangeiros por meio da concessão de incentivos fiscais que abaixou os custos relacionados ao investimento.

Apesar do governo Lula ter absorvido características neoliberais do governo anterior, principalmente no período de seus mandatos foram expandidas as políticas voltadas para uma parte da população de menor poder aquisitivo. Essas políticas sociais se enquadram na parte que o mesmo resgata o ideal desenvolvimentista de maiores gastos do Estado. Suas políticas de redistribuição de renda favoreceram as classes mais populares, aumentando o emprego formal e diminuindo significativamente o desemprego como mostra o gráfico abaixo, por exemplo.

**Gráfico IV – Taxa de Desemprego Aberto durante o governo Lula  
(2003 - 2010)<sup>7</sup>**



Fonte: IBGE. Elaboração própria a partir dos dados.

A valorização real do salário mínimo também foi notada, aumentando o poder aquisitivo dessa população mais pobre. O ganho real acumulado do salário mínimo do governo FHC foi de 17,68%, enquanto que o do governo Lula foi de 53,69%.

<sup>7</sup> Dados referentes à antiga metodologia de cálculo do desemprego pelo IBGE.

**Tabela IV – Evolução do Salário Mínimo Nacional e do seu ganho real do governo FHC ao governo Lula (1995 a 2010)<sup>8</sup>**

<b>Anos</b>	<b>Ganho real do Salário Mínimo</b>	<b>Salário mínimo</b>
<b>1995</b>	0,00%	R\$ 100,00
<b>1996</b>	-5,26%	R\$ 112,00
<b>1997</b>	-0,98%	R\$ 120,00
<b>1998</b>	4,05%	R\$ 130,00
<b>1999</b>	0,71%	R\$ 136,00
<b>2000</b>	5,39%	R\$ 151,00
<b>2001</b>	12,17%	R\$ 180,00
<b>2002</b>	1,27%	R\$ 200,00
<b>2003</b>	1,23%	R\$ 240,00
<b>2004</b>	1,19%	R\$ 260,00
<b>2005</b>	8,23%	R\$ 300,00
<b>2006</b>	13,04%	R\$ 350,00
<b>2007</b>	5,10%	R\$ 380,00
<b>2008</b>	4,03%	R\$ 415,00
<b>2009</b>	5,79%	R\$ 465,00
<b>2010</b>	6,02%	R\$ 510,00

Fonte: CONTAG (2018) *apud* DIEESE. Elaboração própria a partir dos dados.

Ainda, alguns programas desenvolvidos pelo governo permitiram o acesso a uma renda necessária para as camadas mais populares, como o Programa Bolsa Família, criado em 2004, e que unificou alguns programas sociais elaborados em governos anteriores: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Cartão Alimentação e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Além desse, o programa Minha Casa Minha Vida (instituído em 2009) permitiu maior acesso às moradias populares e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) constituiu um salário mínimo para idosos e pessoas com necessidades especiais cuja renda familiar per capita fosse inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo (COLETTI, 2015).

Ademais, no governo Lula houve aumento do investimento público por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado em 2007 que visou promover a retomada do planejamento e execução de obras de infraestrutura urbana, energia e logística. O PAC também elevou tanto o investimento público quanto o privado e demonstrou a nova parceria público-privada no lugar das privatizações, que foram defendidas no governo anterior (GOULART, 2016).

<sup>8</sup> 1) Os percentuais de ganhos reais do salário mínimo foram calculados acompanhando o índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), índice normalmente utilizado para ajustes salariais. 2) Os valores do salário mínimo observados em 2011 podem gerar diferentes referências. O valor nominal que vigorou em 1º de janeiro de 2011 foi R\$540,00 e depois foi revisado em 1º de março de 2011 para R\$545,00.

Por último, vale ressaltar a expansão da dotação orçamentária do BNDES que possibilitou o aumento de sua capacidade de empréstimos destinados a oferecer financiamentos produtivos em longo prazo para grandes empresas nacionais a taxas de juros subsidiadas (GOULART, 2016).

Todas essas medidas mencionadas, fizeram caracterizar o governo Lula como novo desenvolvimentista, justamente por mesclar características desenvolvimentistas voltadas para o lado social quanto neoliberais de maior liberdade econômica. Essas mesmas ideias serão vistas no governo de Dilma Rousseff (2011 a 2016), a seguir.

### II.3 GOVERNO DILMA

O governo de Dilma Rousseff (janeiro de 2011- abril de 2016) permaneceu com o regime novo desenvolvimentista de adoção tanto de políticas desenvolvimentistas quanto de políticas neoliberais do governo Lula. Porém, algumas características de políticas econômicas puderam ser percebidas com intensidades diferentes em relação ao governo anterior, devido principalmente aos desdobramentos da crise financeira mundial que estourou em 2008.

É um fato que o governo Dilma estava inserido em um momento histórico divergente do governo Lula, com menor dinamismo econômico, além de crescimento mais baixo da economia. Dessa forma, foram necessárias realizações de algumas atitudes para que a crise financeira mundial mencionada não prejudicasse mais fortemente a economia brasileira, mesmo que hoje esteja claro que essas medidas não tiveram o sucesso esperado.

De qualquer forma, a legitimação de um regime novo desenvolvimentista nos anos do governo Dilma não promove dúvidas. Antes de tudo, é percebida a continuação em seu primeiro mandato das políticas sociais criadas no governo Lula, através da Nova Matriz Econômica, que levou o governo em um primeiro momento para um lado mais desenvolvimentista (BARBOSA FILHO; PESSÔA, 2014).

De acordo com Singer (2015), a Nova Matriz econômica se explicou em grande parte pelas seguintes características: aumento dos gastos do governo federal, com substancial redução do superávit primário; a redução das taxas de juros em um primeiro momento (depois

vindo a aumentar através de mudança para política monetária neoliberal, a ser explicada logo a seguir); a intervenção no mercado de câmbio, tornando-o fortemente administrado; o controle de preços dos combustíveis e energia; a expansão do crédito subsidiado do BNDES para a ampliação da infraestrutura e do setor de petróleo e gás, além da reindustrialização; entre outras de caráter nacionalista.

Com isso, ampliações de programas como o Bolsa Família puderam ser notados. O indicativo de desigualdade, medido pelo Coeficiente de Gini, obteve considerável melhora, o que demonstra as intervenções sociais na primeira parte do governo Dilma.

**Tabela V – Evolução do Índice de Desigualdade do governo FHC à primeira fase do governo Dilma (1995 a 2014)<sup>9</sup>**

Anos	Coeficiente de Gini	Anos	Coeficiente de Gini
1995	0,601	2005	0,57
1996	0,602	2006	0,563
1997	0,602	2007	0,556
1998	0,600	2008	0,546
1999	0,594	2009	0,543
2001	0,596	2011	0,531
2002	0,589	2012	0,530
2003	0,583	2013	0,527
2004	0,572	2014	0,518

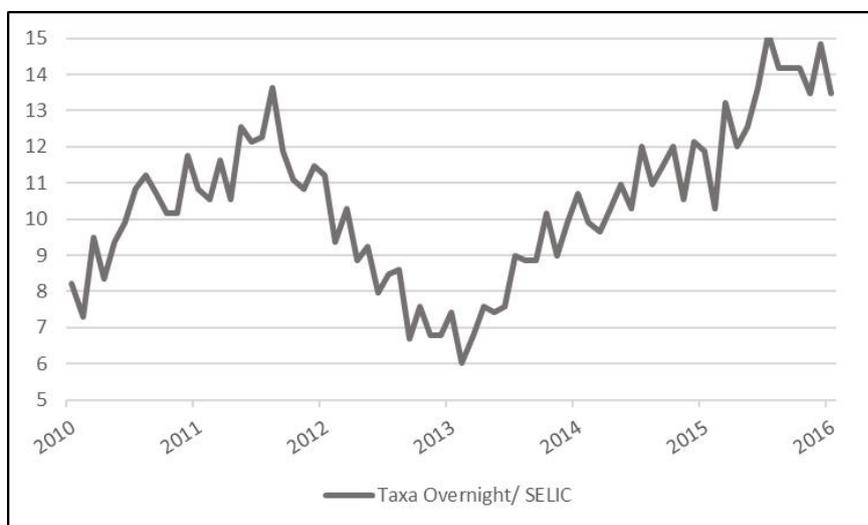
Fonte: IPEA Data. Elaboração própria a partir dos dados.

Como mencionado anteriormente, na primeira parte do governo Dilma as taxas de juros nominais foram diminuídas acompanhando o ideal mais desenvolvimentista. Porém, com o desenrolar do crescimento econômico limitado, foi-se alterada a política econômica para um viés mais neoliberal, de aumento das taxas de juros nominais, como pode ser observado no gráfico abaixo:

<sup>9</sup> O Coeficiente de Gini retratado mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos. Seu valor pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

## Gráfico V – Taxa de Juros Nominal durante o governo Dilma Rousseff

(2011 - 2016)<sup>10</sup>



Fonte: IPEA Data. Elaboração própria a partir dos dados.

A taxa de juros nominal que passou por um aumento na transição de mandatos, decresce de 13,62% a.a. em agosto de 2011 para 8,86% a.a. em agosto de 2013. Depois, volta a crescer para 14,16% a.a. em agosto de 2015.

Outras políticas neoliberais foram desenvolvidas além do aumento da taxa de juros, de apoio ao ajuste fiscal. Foram cortados os gastos públicos, desacelerando o PAC iniciado no governo Lula, e os gastos sociais em saúde, educação, seguro-desemprego, entre outros (CARLEIAL, 2015).

Essa reviravolta neoliberal continuou se fortalecendo com o seu *impeachment* e a entrada de Michel Temer no governo, a ser abordado a seguir.

<sup>10</sup> Valores em porcentagem (% a.a.). A taxa Overnight / Selic é a média dos juros que o Governo paga aos bancos que lhe emprestaram dinheiro. Serve de referência para outras taxas de juros do país. A taxa Selic é a taxa básica de juros da economia.

## II.4 GOVERNO TEMER

O Governo de Michel Temer se inicia após o *impeachment* da presidente Dilma em 2016. Apesar de ter sido um governo curto, suas propostas econômicas se tornaram bastante claras no sentido que acompanharam a reviravolta neoliberal do final do governo Dilma e intensificou suas características de forma a criar um governo essencialmente ligado a esse regime. O ano de 2016 é considerado um marco na mudança política no Brasil de volta ao ideal puramente neoliberal, justamente pelo fato do governo Temer ter alterado o rumo das políticas sociais que vinham sendo destacadas nos governos anteriores (Lula e Dilma) e implementado uma série de reformas constitucionais e macroeconômicas que resgataram as políticas de incentivo em sua maior parte voltadas ao mercado e de menos intervenção do Estado, que serão detalhadas a seguir.

A primeira reforma que deve ser mencionada e que foi aprovada no governo Temer é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241/2016, também conhecida como Emenda Constitucional nº 95. Assim como destacado por Souza (2019), essa reforma de cunho totalmente liberal, tinha como objetivo delimitar constitucionalmente os gastos públicos por vinte anos, colocando um teto máximo permitido para esses gastos e podendo ser vista como uma política que buscou diminuir o poder econômico do Estado, pois o impede de exercer gastos necessários para proteção social, como gastos em saúde, previdência e em assistências sociais. Ainda, essa proposta que impacta a política fiscal (de cunho contracionista), estabeleceu também um reajuste máximo das despesas públicas com base no IPCA do ano anterior, o que reafirma a hipótese de que o principal objetivo era reduzir o papel do Estado na provisão dos direitos sociais garantidos pela constituição de 1988 e na economia, tornando-a essencialmente neoliberal (PRATES, FRITZ; PAULA, 2019).

Outra reforma que acompanhou essa lógica mais liberal, foi a reforma trabalhista que estabeleceu diversas flexibilizações no mercado de trabalho, recompensando as empresas privadas através de políticas motivacionais quanto aos direitos dos trabalhadores constitucionalmente. Como exposto por Oreiro e Paula (2019), muitas mudanças no mercado de trabalho foram implementadas, como a possibilidade de ser opcional a contribuição aos sindicatos, alterações nas regras de demissão, descanso e férias dos empregados, além de permissão para uma jornada mais prolongada de trabalho até 12 horas que incentivaram a lógica mercantil. Outra importante particularidade que ascendeu no mercado de trabalho foi o

encorajamento às terceirizações em todas as atividades, baseadas no projeto de lei nº 4.302/1998 do ex-presidente neoliberal FHC e que legalmente contribuiu financeiramente para os empresários, empregadores das empresas privadas, fragilizando conquistas trabalhistas de épocas anteriores (PRATES; FRITZ PAULA, 2019).

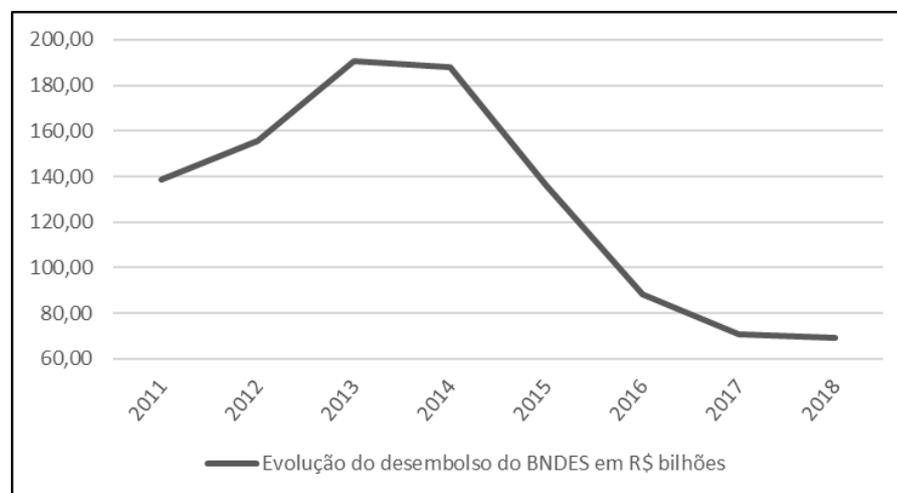
Além das duas reformas comentadas, a reforma da previdência também foi objeto de muitas interpretações. Mesmo não tendo sido aprovada, durante o governo Temer foram feitos bastantes esforços para que a mesma fosse implementada. Essa PEC 287/2016, aumentaria significativamente o tempo mínimo de contribuição dos trabalhadores brasileiros (de 15 para 25 anos) para que eles pudessem ter acesso em sua totalidade ao benefício previdenciário pelo Estado, sendo totalmente contrário ao ideal de responsabilidade social para com a população (SOUZA; HOFF, 2019).

Assim como constatado, a intensificação das políticas sociais que caracterizam um governo mais desenvolvimentista foi contrariada no governo Michel Temer. Somado a esse fato, diversas políticas macroeconômicas neoliberais foram apoiadas durante esse período e que afastavam cada vez mais a intervenção do Estado economicamente. Uma delas foi o reforço ao tripé macroeconômico, política implementada inicialmente por Fernando Henrique Cardoso. Além das metas fiscais apontadas anteriormente, a taxa de câmbio nos anos do governo Temer passou a ser cada vez mais flexível e se aproximou de uma flutuação mais limpa com menores mediações do Banco Central do Brasil. Ademais, apesar da taxa de juros básica da economia (Selic) ter começado a diminuir gradativamente em 2017, ela se manteve em patamares bastante altos no começo do governo, caracterizando uma política monetária contracionista durante certo período e influenciando ainda mais para o aumento dos juros reais a fim de controle da inflação (PRATES; FRITZ; PAULA, 2019).

Além da defesa ainda mais forte do tripé macroeconômico, a ascensão das políticas de privatizações das empresas estatais nos setores de ferrovias (ferrovia norte-sul), rodovias, aeroportos, portos, energia, mineração, óleo e gás e outros segmentos foram amplamente notados, como a mudança no marco regulatório do Pré-sal, retirando o direito da Petrobras de ser operadora única desses campos. Essas privatizações indicaram ainda mais a referência ao regime neoliberal como incentivador da lógica de mercado (SOUZA; HOFF, 2019).

A política financeira contracionista também expôs de forma significativa a redução do papel do Estado através do corte de investimentos públicos, com a restrição de empréstimos do BNDES em comparação ao governo anterior, como pode ser observado no gráfico abaixo:

**Gráfico VI- Evolução dos desembolsos realizados pelo BNDES do governo Dilma Rousseff ao governo Michel Temer (2011- 2018) <sup>11</sup>**



Fonte: BNDES. Elaboração própria.

O desembolso realizado pelo BNDES no ano de 2018 foi de R\$69,3 bilhões em contrapartida com o ano de 2013 que o desembolso foi de R\$190,4 bilhões, mais do que o dobro. Pelo gráfico, percebe-se que desde o final do governo Dilma, a política de empréstimos pelo BNDES começa a perder força e se mantém até o final do governo Temer em 2018, justamente com base na política neoliberal abordada nesse período de defesa da diminuição do Estado na economia.

Por fim, as políticas de incentivo ao livre mercado delimitam claramente o período do governo Michel Temer como neoliberal. Como exposto por Oreiro e Paula (2019), o começo do acordo de livre comércio do Mercosul com a União Europeia, com o objetivo de reduzir as tarifas alfandegárias, possuía uma estratégia de aumentar a concorrência, também característica de uma economia mais liberal, para maior eficiência das empresas nos mercados.

<sup>11</sup> Valores do gráfico em R\$ bilhões, preços correntes.

# **CAPÍTULO III – AS POLÍTICAS DE APOIO E CONTRÁRIAS À MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO GOVERNO FHC AO GOVERNO TEMER**

## **Introdução**

Este capítulo tem como objetivo explicitar as políticas pertencentes aos governos abordados no segundo capítulo em relação ao ensino superior no Brasil, ainda com base na lógica e características do termo “mercantilização” explicado na primeira parte. Assim como exposto anteriormente, o termo mercantilização se refere a algo que está sendo comercializado e é uma prática defendida principalmente no regime neoliberal.

Com base nas estatísticas divulgadas pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), a distinção das medidas tomadas em cada governo separa claramente seu apoio ou enfraquecimento à mercantilização da educação superior, na medida que a taxa de crescimento do número de IES Públicas e das IES Privadas se demonstraram específicas em cada regime.

**Tabela VI – Taxa de crescimento do número de Instituições de Ensino Superior (IES)<sup>12</sup> do governo Fernando Henrique Cardoso ao governo Michel Temer**

Anos	IES Públicas	IES Privadas
1995-2002	-7,69%	52,56%
2002-2010	29,85%	31,30%
2010-2016	6,08%	0,56%
2016-2018	1,00%	5,67%

Fonte: Censo da Educação Superior – INEP. Elaboração própria a partir dos dados.

---

<sup>12</sup> Entendem-se por Instituições de Ensino Superior as Universidades, Centros Universitários, Faculdades, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e CEFETs (Centros Federais de Educação Tecnológica).

Dessa forma, irá ser demonstrado que nos governos puramente neoliberais (mais especificamente os governos Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer) o incentivo às Instituições de Ensino Superior Privadas é prioritariamente notado, enquanto nos governos novo-desenvolvimentistas (Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff) há uma manutenção dessa política que desenvolve ainda mais a inserção das universidades na lógica de mercado. Porém, ainda assim, esse último tipo de governo possuiu um lado social orientado pela parte desenvolvimentista que através de programas de iniciativas do Estado possibilitaram um acesso mais democrático às universidades tanto privadas quanto públicas, também pelo aumento dos gastos com as Instituições Federais de Ensino Superior (IES Públicas).

### III.1 GOVERNO FHC

O Governo Fernando Henrique Cardoso é marcado por diversas medidas que apoiam notadamente a evolução da mercantilização da educação superior. É bastante claro o aumento significativo do número de universidades privadas durante seus dois mandatos, como pode ser observado na tabela VI da página anterior (a taxa de crescimento do número de universidades privadas foi de 52,56% de 1995 a 2002), mas também o acréscimo de participação dos setores privados/ empresariais na aprovação de leis e decretos que abriu portas para o funcionamento do universo da educação superior nos moldes mercantis.

A mercantilização se insere no regime neoliberal, que possibilita a transformação da educação em objeto de lucro e a formação do indivíduo voltada para o mercado de trabalho. Assim, como exposto por Lima e Cunha (2020) sobre o governo Fernando Henrique:

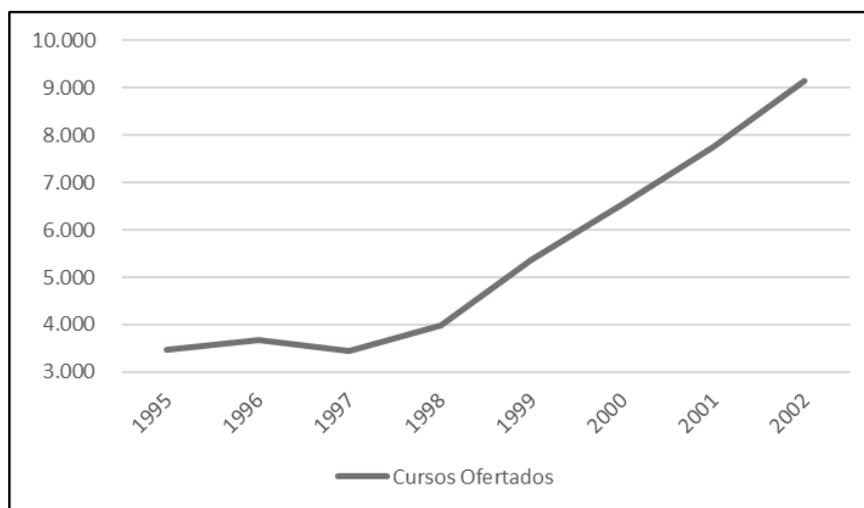
Nesse período iniciou-se um significativo processo de expansão na oferta da educação superior no Brasil. Contudo, a educação superior entrou no processo de expansão por meio da privatização, enquanto as políticas educacionais adotadas seguiram um modelo de mercado, produtivistas e gerencialistas, pautadas no crescimento quantitativo (instituições, matrículas,

cursos, vagas) do setor privado/mercantil. (LIMA, T.; CUNHA, M., 2020, p.4)

A primeira política educacional que deve ser ressaltada de acordo com o ideário neoliberal e mercantil foi a promulgação da Lei nº 9.394, que estabeleceu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996. Essa proposta defendia a necessidade de parceria na gestão e financiamento do desenvolvimento científico e tecnológico entre os setores público e privado. Também, diferentemente da primeira LDBEN de 1961, essa nova deu maior autonomia às IES, que passaram a ter o poder de controlar o número de cursos ofertados, além de determinarem seus números de vagas, em equilíbrio com o mercado privado (CUNHA, 2003).

Com isso, pode-se perceber um crescente número de cursos ofertados pelas IES privadas durante o período do governo FHC, passando de 3.470 em 1995 para 9.147 em 2002, conforme gráfico abaixo.

**Gráfico VII- Evolução do Número de Cursos de Graduação Presencial nas IES Privadas no período do Governo FHC**



Fonte: Censo da Educação Superior 2002 - MEC/INEP/DAES. Elaboração própria.

Ao mesmo tempo em que ocorria a tramitação da LDBEN, alguns documentos normativos foram formulados e que posteriormente influenciaram em sua construção e sanção. Um decreto importante foi o Decreto nº 2.306/1997 que reconheceu a educação superior como

um bem de serviço comercializável e objeto de lucro, a educação- mercadoria (SGUISSARDI, 2008).

Esse decreto possibilitou a flexibilização da graduação, no sentido que tornou o ensino superior mais competitivo e submisso ao mercado, com a ampliação da oferta de novos cursos sem um certo controle e definindo os diversos graus de especialização das instituições em seis categorias: universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores. Ainda, determinou que as IES privadas publicassem os demonstrativos do movimento financeiro e empregassem pelo menos 60% da receita (apenas das mensalidades escolares) ao pagamento de professores e funcionários, dessa forma, as IES privadas que não preenchessem essas condições passariam a pagar impostos e contribuições, como qualquer sociedade mercantil. Outra característica de mercado, foi a submissão das IES privadas à auditoria pelo Poder Público, devendo as mesmas publicarem, anualmente, demonstrações financeiras certificadas por auditores independentes (CUNHA, 2003).

Outra importante lei criada, foi a lei nº 9.131/1995 que regulamentou o Conselho Nacional de Educação (CNE), já com a extinção do Conselho Federal de Educação (CFE), e estabeleceu suas funções adequadas no que diz respeito ao reconhecimento oficial de cursos, à criação de instituições de ensino superior e ao credenciamento de universidades. Além disso, instituiu como sua responsabilidade a última etapa do processo de avaliação das instituições e cursos superiores privados visando ao recredenciamento periódico, possibilitando ainda mais o favorecimento da expansão do nível de ensino superior privado (FERREIRA, 2012).

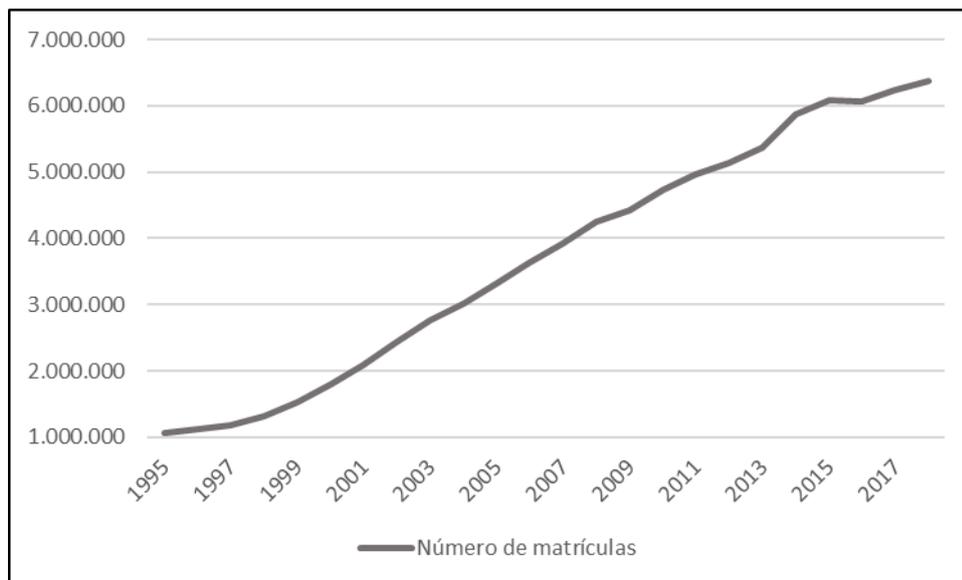
Durante o governo FHC, além do reconhecimento da mercantilização através dos decretos e leis mencionados, algumas outras atitudes contribuíram para o aparecimento dessa lógica mercantil na educação superior, como a generalização dos cursos noturnos e aumento do número de matrículas com racionalização de gastos das instituições (por exemplo, aumentos salariais de professores e funcionários ao invés de maiores contratações).

O número de matrículas nas IES Privadas ultrapassou significativamente o número das IES Públicas, na mesma lógica do gráfico e tabela anteriores dos cursos ofertados e da taxa de crescimento das IES Privadas. Vale ressaltar que como contribuição para o aumento do número de matrícula nas instituições privadas estão algumas linhas de crédito criadas no governo FHC

como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)<sup>13</sup> criado por meio da Medida Provisória nº 1.827, em 1999 e convertido na Lei nº 10.260, em 2001, substituto do Crédito Educativo (Creduc), criado em 1992, que financiava estudantes de baixa renda que não conseguiam arcar com seus custos durante o período de estudo (AZEVEDO, 2020).

As matrículas nas instituições privadas mais que duplicaram, passando de 1.059.163 em 1995 para 2.428.258 em 2002, e mantiveram seu crescimento nos próximos governos, conforme gráfico abaixo:

**Gráfico VIII- Evolução do Número de Matrículas na Graduação Presencial das IES Privadas no período do Governo FHC ao Governo Temer**



Fonte: Censo da Educação Superior 1995 a 2018 - MEC/INEP/DAES. Elaboração própria.

Portanto, pode-se concluir que o governo FHC por mais que tenha criado algumas medidas para financiamento de estudantes de rendas menores, obteve como principal

<sup>13</sup> O FIES é composto por algumas fontes financeiras: dotações orçamentárias consignadas ao MEC; trinta por cento da renda líquida dos concursos de prognósticos administrados pela Caixa Econômica Federal; encargos e sanções contratualmente cobrados nos financiamentos concedidos; taxas cobradas dos participantes; encargos e sanções contratualmente cobrados; rendimentos de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades; receitas patrimoniais e outras receitas.

característica o aumento das IES privadas que funcionam de acordo com as características de mercado, para maior lucro. Essa política de incentivos à mercantilização permaneceu nos governos posteriores, por ainda terem tido a presença de uma parte neoliberal, porém o englobamento das políticas sociais e de forte atenção às instituições públicas de ensino superior será a característica notável nos governos novo-desenvolvimentistas, Lula e Dilma, a serem abordados a seguir.

### III.2 GOVERNO LULA E GOVERNO DILMA

Os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) mantiveram a política de mercantilização da educação superior em seus governos. Vale lembrar que o regime novo-desenvolvimentista adotado por ambos era composto por características neoliberais, sendo essas influentes no que diz respeito a uma manutenção da lógica mercantil e privada. Porém, principalmente, era definido por aspectos desenvolvimentistas, que influenciaram em seu apoio às instituições de ensino superior federais e políticas sociais, para uma maior democratização do ensino superior.

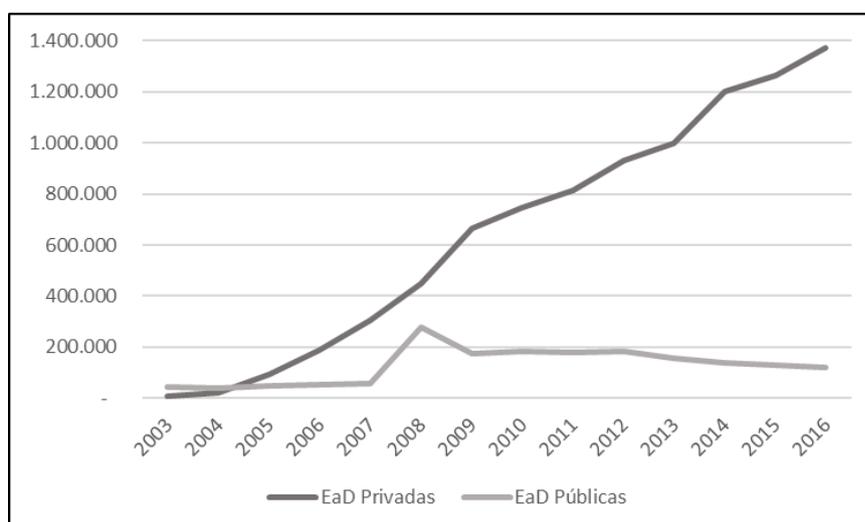
No que diz respeito às ações de apoio à mercantilização das IES, a primeira percepção a ser descrita foi o fato de ambos os governos adotarem, de forma crescente, políticas de apoio ao financiamento de alunos nas redes superiores privadas, por cobertura de fundo público. Assim como abordado por Mancebo (2017), o FIES foi uma das principais medidas de acesso à educação superior privada, que começou no governo FHC, porém nos governos Lula e Dilma obteve forte reconhecimento como política de acesso de alunos com menores capacidades financeiras às IES Privadas. Em 2010, aprimora-se através da internalização de sua gestão pelo MEC, operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e pela integração de novo agente financeiro, o Banco do Brasil.

Outra medida que contribuiu para a expansão da iniciativa privada, foi o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004. Seu objetivo era de conceder bolsas de estudo integrais e parciais para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Como contrapartida, as IES Privadas que aderissem ao programa ficariam isentas de pagamento de um conjunto de impostos e

contribuições, o que reforça ainda mais a lógica contributiva de lucro a essas instituições mercantis.

Além das facilidades às instituições superiores privadas com graduação presencial, outra modalidade de ensino que também obteve forte crescimento foi a de ensino a distância (EaD), com destaque ao ensino privado. Conforme gráfico abaixo, o ensino a distância privado cresceu substancialmente nos governos Lula e Dilma, totalizando 1.371.817 matrículas em 2016:

**Gráfico IX- Evolução das matrículas dos cursos de graduação a distância no governo Lula e Dilma, por organização acadêmica**



Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior (2003-2016) – INEP. Elaboração própria.

Um último ponto notado, foi o grande número de fusões e aquisições de IES Privadas no final do governo Lula e começo do governo Dilma. Como apontado por Sguissardi (2008), o processo de incorporações de instituições de ensino superior privadas menores se destacou juntamente com o processo de financeirização da educação superior no Brasil, onde empresas educacionais conseguiram obter lucro cada vez maior pela oferta de ações em bolsa de valores, como a Anhanguera, a Estácio de Sá e a Kroton. O gráfico abaixo expõe os números de fusões e aquisições de IES Privadas significativos nos governos Lula e Dilma:

**Tabela VII – Evolução das Fusões e Aquisições das IES Privadas durante o segundo mandato do governo Lula e governo Dilma**

<b>Anos</b>	<b>Volume de Negócios realizados</b>
<b>2007</b>	17
<b>2008</b>	41
<b>2009</b>	16
<b>2010</b>	15
<b>2011</b>	23
<b>2012</b>	13
<b>2013</b>	15
<b>2014</b>	17
<b>2015</b>	6

Fonte: CM Consultoria. Elaboração própria.

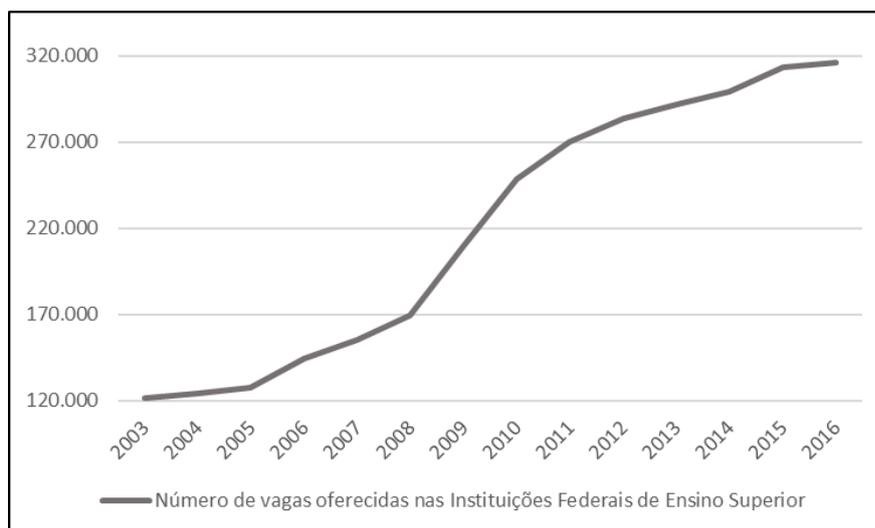
Apesar dos atributos de apoio à mercantilização do ensino superior expostos anteriormente, os governos neodesenvolvimentistas sem dúvidas tomaram partido de uma política fundamental de apoio ao ensino superior público, através de políticas sociais e econômicas que tinham como objetivo fornecerem uma formação para sociedade, além do mercado. Incomparavelmente com os governos anterior e posterior, o aumento significativo do orçamento público destinado às instituições federais de ensino superior (conforme Gráfico I do presente trabalho) reforçam a preocupação com a outra parte da educação superior, contrária à mercantilização.

Na fase inaugural do governo Lula, em 2003, deu-se início ao Programa de Expansão fase I, que possuía a finalidade de interiorização das universidades federais, proporcionando a expansão do número de *campi* e municípios atendidos. Dessa forma, buscou-se diminuir a desigualdade regional na oferta da educação superior no país.

Em um segundo momento, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, iniciado em 2007, tinha como objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior pública, elevando as taxas de conclusão da graduação presencial. Esse propósito seria alcançado com o melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (LIMA, 2020).

Além da permanência na educação superior, o REUNI obtinha também como diretrizes principais o aumento do número de vagas nas instituições públicas<sup>14</sup> federais, ocupação das vagas ociosas, diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada, ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil (cotas), além da articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica pública. Conforme gráfico abaixo pode-se notar o aumento significativo de vagas durante o governo Lula e governo Dilma, passando de 121.455 vagas ofertadas em 2003 para 315.722 em 2016:

**Gráfico X- Evolução do número de vagas ofertadas nas Instituições Federais de Ensino Superior, nos períodos Lula e Dilma**



Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior (2003-2016) – INEP. Elaboração própria.

Depois do REUNI, inicia-se uma terceira fase de expansão do ensino superior público, de 2008 a 2013, que dizia respeito a uma maior integração regional e internacional, por meio da criação de instituições federais em locais estratégicos do país. Ademais, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets) também obteve incentivo público, apesar de obter taxa de demanda baixa (LIMA, 2020).

<sup>14</sup> Instituições de Ensino Superior Públicas englobam: as federais, estaduais e municipais.

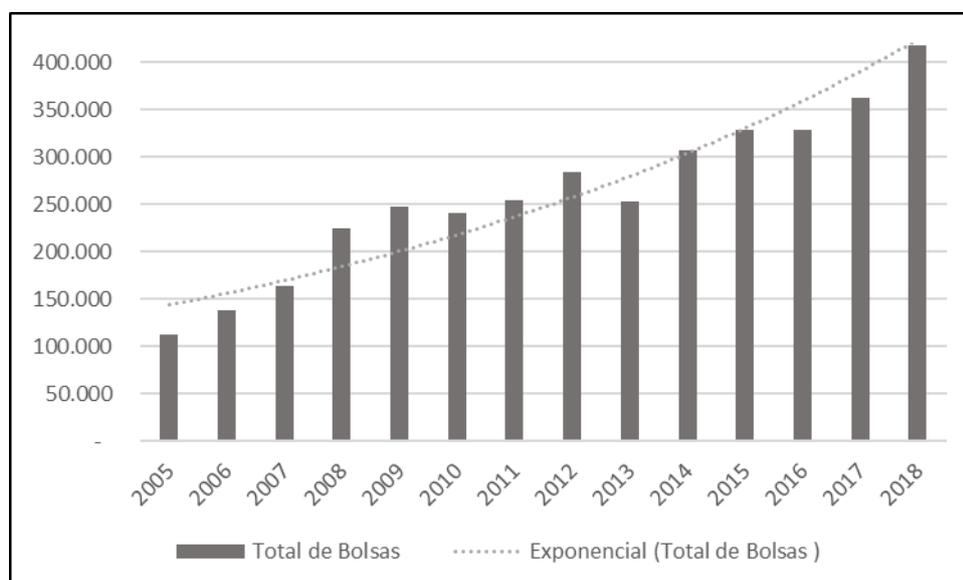
### III.3 GOVERNO TEMER

Em 2016 com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, o regime neoliberal volta com suas características puras no Brasil. Dessa forma, no governo Michel Temer há uma retomada da lógica mercantil, como visto no segundo capítulo, principalmente relacionado ao ensino superior. Algumas políticas do governo Temer se relacionaram com a mercantilização, seja pelo enfraquecimento das instituições de ensino superior públicas, seja por políticas que inserem essas instituições, além das privadas no mercado lucrativo.

O corte orçamentário nas instituições federais de ensino superior sem dúvidas foi um dos aspectos mais claros do rompimento com a política que vinha sendo adotada pelos governos neodesenvolvimentistas, que mudou o rumo da economia para um “sucateamento” do sistema federal de ensino. Esse corte planejado tomou partido através da PEC nº 241/2016 [EC 95], que estabeleceu um limite dos gastos públicos com a educação, os quais só podem aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Essa PEC mudou também a perspectiva da educação como um direito social, pois impede o crescimento das instituições públicas de ensino superior que fornecem maior acesso às pessoas com menores condições financeiras (RAFAGNIN, 2019).

Em contrapartida, foram investidos maiores gastos com o fortalecimento das instituições superiores privadas, por exemplo através do aumento do número de vagas fornecidos pelo Programa Universidade para Todos (ProUni), criado no governo Lula para fornecimento de bolsas de estudos à alguns alunos das IES Privadas. Conforme o gráfico abaixo, nota-se o crescimento exponencial do número de bolsas do ProUni de forma destacada desde o final do governo Dilma até o final do governo Temer (no final do governo Dilma o número de bolsas ofertadas era de 329.117, passando para 417.276 no final do governo Temer em 2018):

**Gráfico XI- Aumento da oferta de Bolsas do PROUNI  
(2005- 2018)<sup>15</sup>**



Fonte: MEC. Elaboração própria a partir dos dados.

Com isso, as instituições de ensino superior privadas puderam ter maior acesso à isenção de tributos pelo aumento do número de vagas do PROUNI, o que caracteriza essa política como de influência à mercantilização.

Por último, uma outra política governamental que insere o governo neoliberal em questão na lógica de apoio à mercantilização da educação superior foi a aprovação da Lei nº 12.429 em 2017 que passou a permitir o trabalho de docentes temporários e terceirizados, em condições de menores vínculos laborais com as instituições de ensino superior. Essa condição possibilitou melhores opções lucrativas a respeito de contratações pelo empresariado no mercado da educação superior (RAFAGNIN, 2019).

<sup>15</sup>Soma da oferta de bolsas dos dois semestres de cada ano.

## CONCLUSÃO

Este trabalho teve por objetivo demonstrar através de momentos históricos a conexão presente entre a mercantilização do ensino superior no Brasil com o regime neoliberal, que guiou fortemente os governos Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer e esteve presente em determinadas partes nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Com a intenção de demonstrar que existe uma relação de causa e efeito entre a existência de um regime predominantemente neoliberal ou um regime novo-desenvolvimentista, a mercantilização da educação superior seria menos ou mais notada. Para isso algumas etapas foram seguidas.

No capítulo I, fez-se necessária a evidência inicial das características que compõem cada regime econômico abordado no presente trabalho (o neoliberal e o neodesenvolvimentista), através da análise de seus antecedentes e visões de alguns autores. Dessa forma, foi possível observar que no regime neoliberal a economia tende a regular a favor das empresas privadas, principalmente por estar em um ambiente economicamente livre para obter seu lucro através de políticas que fomentam a concorrência e a lógica de mercado. Já o regime novo-desenvolvimentista é composto por duas vertentes, uma neoliberal e outra que retoma com os princípios desenvolvimentistas. Assim, é possível encontrar um governo dotado tanto com políticas com uma sensibilidade social quanto com uma certa parceria também com o privado.

Ainda, na primeira parte, há uma delimitação de quais seriam os princípios do termo “mercantilização”, que iria guiar todo o trabalho. Ficou evidente a sua relação direta com o regime neoliberal, justamente pelo fato da mercantilização regular em um ambiente fortalecido pela economia de mercado. Suas características, de certo modo, acabam se conectando com a parte liberal e de incentivo ao lucro do regime neoliberal. Também, como descrito por Sguissardi (2008), a mercantilização se torna clara na medida em que algum produto se transforma em uma mercadoria, sendo comercializado e estando inerente às amarras do mercado.

Já, no segundo capítulo, procurou-se localizar as características neoliberais e novo-desenvolvimentistas antes descritas, nos governos brasileiros relevantes para a amostra do trabalho: período 1995 a 2018. Por meio de análises das taxas de juros, investimentos públicos, privatizações, políticas sociais, de leis elaboradas, entre outros, concluiu-se que os governos FHC e Temer foram puramente neoliberais, enquanto os governos Lula e Dilma compõem os novo-desenvolvimentistas, aplicando medidas de acordo com o empresariado, mas também

envolvendo o Estado nas políticas necessárias para o desenvolvimento da nação como um todo, apresentando os menos favorecidos economicamente a maiores oportunidades.

No terceiro capítulo, foi possível consolidar os aspectos centrais com a identificação das políticas de cada governo em relação ao ensino superior. Percebeu-se que os governos puramente neoliberais focaram essencialmente nas políticas que incentivavam a mercantilização da educação superior, por meio de projetos de leis que expandiam esse mercado, programas que facilitavam o acesso ao ensino superior privado e expandiam cada vez mais em números as instituições privadas.

Ademais, nos governos neodesenvolvimentistas, era possível notar a manutenção de uma política de incentivo às instituições superiores privadas, essencialmente devido à parte neoliberal presente na característica do regime neodesenvolvimentista, que continuou contribuindo, por exemplo, para a financeirização da educação superior e com os programas de acesso às universidades privadas. Porém, nesse mesmo governo, também pôde-se identificar uma exaltação referente ao apoio às instituições federais, que no período Lula- Dilma obteve crescentes benefícios, necessários para uma democratização do acesso ao ensino superior, advindo de sua característica desenvolvimentista.

Com isso, um dos principais objetivos do trabalho, além de comprovar por meio de análises históricas que a mercantilização da educação superior se torna mais evidente dependendo do tipo de regime adotado em determinado governo, foi instigar a percepção desse vínculo no caso brasileiro, de forma a impactar as análises futuras dos leitores em relação aos princípios de cada um.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, D. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Revista Sociedade e Estado*, v. 34, n. 1, 2019, p. 211-239.

ANDRIOLI, A. As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo. *Revista Espaço Acadêmico*, ano II, n. 13, 2002, ISSN 1519.6186.

AZEVEDO, M; MIRANDA, P. Fies e Prouni na expansão da educação superior brasileira: políticas de democratização do acesso e/ou de promoção do setor privado-mercantil? *Educação & Formação*, 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório 2002. Boletim anual do Banco Central do Brasil, Brasília, v.38, 2002. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2002/rel2002p.pdf>. Acesso em: 8 de junho de 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Balança Comercial – Série temporal mensal. Disponível em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/22707-balanca-comercial---balanco-de-pagamentos---mensal---saldo>. Acesso em: 8 de junho de 2021.

BARBOSA FILHO, F. H; PESSÔA, S. Desaceleração recente da economia. In: Coletânea de capítulos da agenda “Sob a Luz do Sol”. São Paulo: Centro de Debate de Políticas Públicas, 2014. Cap. 2, p. 15-30. Disponível em: <[https://cdpp.org.br/site/wp-content/uploads/2017/02/Coletanea-Sob-a-Luz-do-Sol\\_v2509.pdf](https://cdpp.org.br/site/wp-content/uploads/2017/02/Coletanea-Sob-a-Luz-do-Sol_v2509.pdf)>. Acesso em: 12 de junho de 2021.

BNDES. Evolução dos desembolsos. Conteúdo disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/desembolsos>. Acesso em: 5 de junho de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). “Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 outubro de 1988”. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 de maio de 2021.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; THEUER, Daniela. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, 2012, p. 811-829.

CARLEIAL, L.M.F. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. *Estudos Avançados* 29, 2015.

CARNEIRO, R. A supremacia dos mercados e a política econômica do Governo Lula. Editora UNESP, IE- Unicamp, São Paulo, 2006.

CARNEIRO, R. Desenvolvimento em crise: A economia brasileira no último quarto do século XX. Editora UNESP, IE- Unicamp, São Paulo, 2002, p. 309-356.

CARRANÇA.T. (2021) “Para provar auxílio, governo Bolsonaro quer fim de gasto obrigatório com saúde e educação; entenda”. Conteúdo postado pelo jornal eletrônico BBC News Brasil em 25/02/2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56188291>>. Acesso em: 16 de maio de 2021.

CARVALHO, C. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, n. 54, 2013, p.761-801.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, 2012, p. 613-636.

CASTRO, J. A.; RIBEIRO, J. A. C.; CHAVES, J. V.; DUARTE, B. C. Gasto Social Federal: prioridade macroeconômica no período 1995-2010. IPEA, Nota técnica, Brasília, 2012.

CEPÊDA, V. A. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico. *Estudos Avançados*, 26 (75), 2012, p. 77-90.

COLETTI, C. Desenvolvimentismo e Neoliberalismo no Brasil. *Revista de Direito*, n. 23, 2015.

CONTAG. Evolução do Salário Mínimo: Reajustes, ganhos reais e simulações por governos – 1995 a 2018. Brasília, 2018. Disponível em: [http://www.contag.org.br/arquivos/porta/Simulacao\\_Salario\\_Minimo\\_Contag\\_Jan2018\\_1.pdf](http://www.contag.org.br/arquivos/porta/Simulacao_Salario_Minimo_Contag_Jan2018_1.pdf). Acesso em: 6 de junho de 2021.

COSTA PINTO, C. O crescimento e a redução do Estado Brasileiro –A permanência da crise fiscal. Revista Bonijuris, Ano XXII, Nº 557, 2010.

CUNHA, L. O Ensino Superior no Octênio FHC. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 82, p. 37-61, 2003. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 04 de julho de 2021.

FERREIRA, S. Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). Linhas Críticas, vol. 18, núm. 36, pp. 455-472, Brasília, 2012.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

GODOY, A. Globalização, Neoliberalismo e Direito no Brasil. Londrina: Humanidades, 2004.

GOULART, J. O. O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. Revista de Sociologia e Política. v. 24, n. 60, p. 115-135, 2016.

HARVEY, D. O neoliberalismo. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior (1995-2018). Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 03 de julho de 2021.

JUNIOR, P. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, 2012, p. 672-688.

LIMA, T.; CUNHA, M. A educação superior no Brasil contemporâneo (1995-2016): uma análise dos Governos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Jornal de Políticas Educacionais. V. 14, n. 28, 2020.

MANCEBO, D. Crise Político-Econômica no Brasil: Breve análise da Educação Superior. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 141, p.875-892, 2017.

MARTINS, A; PINA, L. Mercantilização da educação, escola pública e trabalho educativo: uma análise a partir da pedagogia histórico- crítica. Revista HISTEDBR On-line, São Paulo, v.20, 2020, p.1-21.

NEGRÃO, J. O Governo FHC e o Neoliberalismo. Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais, São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, M. Ciência: força produtiva ou mercadoria? Crítica Marxista, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.21, 2005, p.77-96.

OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: Uma avaliação preliminar. 2019.

PRATES, D. M.; FRITZ, B.; PAULA, L.F. O desenvolvimentismo pode ser culpado pela crise? Uma classificação das políticas econômica e social dos governos do PT ao governo Temer. Texto para discussão 009, IE-UFRJ, 2019. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>. Acesso em: 4 de junho de 2021.

RAFAGNIN, M; RAFAGNIN, T. Políticas de educação do ensino superior de Lula a Temer. Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo, 2019.

REIS, L; MACÁRIO, E. Dívida pública e financiamento das universidades federais e da ciência e tecnologia no Brasil (2003-2020). Revista Práxis Educacional, Bahia, v.16, n. 41, p. 20-46, Edição Especial, 2020.

SALLUM JR., B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. Tempo Social, Rev. Sociol. USP, São Paulo, 1999, p. 23-47.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SEN, A. (2000) Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. Educação & Sociedade, Campinas, v. 29, nº 105, p. 991-1022, dez. 2008.

SICSÚ, J; PAULA; L.F.; MICHEL, R. Por que novo-desenvolvimentismo? Revista de Economia Política, v. 27, n. 4 (108), 2007, pp. 507-524.

SINGER, A. Cutucando Onças com Varas Curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos* 102, 2015.

SOUZA, M. B.; HOFF, T. S. R. Governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências para a habitação popular. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 11, e20180023, 2019.